

Índice

1. Introdução	5
2. Atividades desenvolvidas em 2013	8
3. Execução Orçamental	14
4. Demonstrações Financeiras.....	18
5. Análise Financeira	22
6. Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados	34
7. Controlo Orçamental – Despesa.....	75
8. Controlo Orçamental – Receita	76
9. Demonstração de Fluxos de Caixa	77
10. Balanço Social.....	78

Índice de Quadros

Quadro 1 - Alunos c/ ingresso CNA (1ª, 2ª e 3ª fases)	9
Quadro 2 - Evolução do nº de alunos inscritos por tipo de curso	10
Quadro 3 - Evolução nº de alunos inscritos por UO/DCBM nos diferentes graus de ensino	10
Quadro 4 – Comparação das receitas arrecadadas em 2012 e 2013	15
Quadro 5 – Saldo da Gerência Anterior.....	15
Quadro 6 – Comparação entre o orçamento inicial e as receitas arrecadadas.....	17
Quadro 7 – Saldo para a Gerência Seguinte.....	17
Quadro 8 – Estrutura de Proveitos.....	25
Quadro 9 – Comparação das Vendas em 2013 e 2012.....	26
Quadro 10 – Comparação das Prestações de Serviços em 2013 e 2012	26
Quadro 11 – Comparação dos Impostos e Taxas em 2012 e 2013.....	27
Quadro 12 – Estrutura de Custos	28
Quadro 13 – Comparação dos Fornecimentos e Serviços Externos em 2012 e 2013	29
Quadro 14 – Redução dos Fornecimentos e Serviços Externos de 2012 para 2013	30
Quadro 15 – Comparação dos Custos com o Pessoal em 2013 e 2012.....	31
Quadro 16 – Comparação das Amortizações do Exercício em 2012 e 2013	32
Quadro 17 – Taxas de Amortização.....	47
Quadro 18 – Classificação CIBE	48
Quadro 19 – Ativo Bruto	51
Quadro 20 – Amortizações e Provisões.....	52
Quadro 21 – Imobilizado em Curso	53
Quadro 22 – Investimentos Financeiros.....	54
Quadro 23 – Depósitos à Ordem e Caixa.....	56
Quadro 24 – Estado e Outros Entes Públicos	57
Quadro 25 – Provisões	57
Quadro 26 – Fundos Próprios.....	58
Quadro 27 – Balanço Inicial a 01/01/2004	58
Quadro 28 – Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas.....	59
Quadro 29 – Vendas e Prestações de Serviços.....	60
Quadro 30 – Demonstração dos Resultados Financeiros.....	61
Quadro 31 – Demonstração dos Resultados Extraordinários.....	61
Quadro 32 – Fornecedores c/c	62
Quadro 33 – Fornecedores de Imobilizado	63

Quadro 34 – Fornecedores c/c – Dívidas.....	63
Quadro 35 – Fornecedores de Imobilizado – Dívidas.....	64
Quadro 36 - Faturação a Clientes e outros credores no ano 2013.....	64
Quadro 37 – Clientes de Cobrança Duvidosa	65
Quadro 38 – Acréscimos de Proveitos e Custos Diferidos.....	66
Quadro 39 – Acréscimos de Custos e Proveitos Diferidos.....	67
Quadro 40 – Impostos e Taxas	68
Quadro 41 – Dívidas de Propinas	69
Quadro 42 – Proveitos Suplementares.....	69
Quadro 43 – Transferências e Subsídios Correntes Obtidos	70
Quadro 44 – Fornecimentos e Serviços Externos.....	71
Quadro 45 – Outros Custos e Perdas Operacionais	72
Quadro 46 – Custos com o Pessoal	73

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Evolução do número de alunos por UO/DCBM	11
Gráfico 2 - Programas de cooperação com envolvimento da UAlg.....	12
Gráfico 3 – Total de Receitas – 2013	16
Gráfico 4– Estrutura de Proveitos – 2013	25
Gráfico 5 – Estrutura de Custos – 2013	29
Gráfico 6 – Custos com Pessoal.....	32
Gráfico 7 – Amortizações do Exercício – 2013	33

1. Introdução

Pretende-se com este Relatório proporcionar uma visão global e abrangente das atividades desenvolvidas pela Universidade do Algarve, adiante designada apenas por Universidade ou UAlg, durante o ano de 2013, assim como proporcionar uma análise sucinta da sua situação financeira.

O ano de 2013 foi o último ano de execução do Plano Estratégico, aprovado pelo Conselho Geral em 2010 para o horizonte temporal 2010-2013.

A execução orçamental e financeira, em 2013, decorreu no clima de contenção que se tem vindo a observar nos últimos anos em todas as instituições públicas, incluindo as universidades.

De facto, em 2013 continuou a verificar-se uma tendência de desaceleração do crescimento da economia mundial. Na zona Euro, verifica-se uma redução da procura externa, acompanhado por políticas económicas menos expansionistas, tendo-se verificado uma redução do PIB em 0,5%.

A economia Portuguesa, apresentou em 2013 uma variação do PIB de -1,5%, tendo abrandado a tendência em relação aos -3,2% verificados em 2012.

A situação das finanças públicas conheceu nos últimos anos um forte reajustamento, decorrente de um conjunto de medidas de contenção previstas nos sucessivos Programas de Estabilização e Crescimento, bem como no designado programa de ajustamento, constante do memorando de entendimento, o qual define metas orçamentais, económicas e financeiras restritivas que têm afetado a estabilidade da generalidade das organizações.

A Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro de 2012 aprovou o Orçamento do Estado para 2013, tendo sido atribuído à Universidade do Algarve, um orçamento de receita no montante de 51.731.355€, e um orçamento de despesa no montante de 51.696.941€. É de referir, a cativação sobre as dotações iniciais com especial impacto nas rubricas de Investimento, tendo sido aplicado um cativo de 12,5 % das despesas afetas a projetos relativas a financiamento nacional.

A publicação do Decreto-Lei n.º 36/2013 de 11 de março de 2013 veio estabelecer as Normas de Execução Orçamental, nomeadamente a disciplina orçamental.

A Lei n.º 51/2013 de 24 de julho, que procede à 1.ª alteração ao Orçamento de Estado para 2013, reduziu o orçamento da Universidade do Algarve em 176.860€, cifrando-se o orçamento da receita no montante de 51.554.495€, e o orçamento da despesa no montante de 51.520.081€.

A 2.ª alteração ao Orçamento de Estado para 2013, publicada pela Lei n.º 83/2013 de 9 de dezembro, não introduz qualquer modificação ao orçamento da Universidade do Algarve.

Neste contexto, houve uma contínua preocupação do Conselho de Gestão da Universidade do Algarve em adotar medidas de contenção de despesa, destacando-se:

- i) Continuação do esforço para diminuir os encargos com o pessoal, reduzindo progressivamente o número de ETI's (Equivalente a Tempo Inteiro);
- ii) Melhoria contínua dos orçamentos das propostas de ações de Formação Avançada;
- iii) Garantia de cobertura dos encargos fixos nos novos projetos;
- iv) Definição de valores mínimos a cobrar pelos serviços prestados.

Ao longo do ano de 2013, um conjunto de medidas foi sendo implementado tendo em vista a contenção da despesa e uma maior eficiência no funcionamento, destacando-se:

- ❑ Despacho Reitoral n.º 007.2013 - Férias do pessoal/2013. Visa a redução de encargos com o funcionamento, nomeadamente a energia, a limpeza e a segurança.
- ❑ Despacho Reitoral n.º 012.2013 – Prestação de Serviços Overheads e Medidas de Incentivo à Investigação e Desenvolvimento.
- ❑ Despacho Reitoral n.º 019.2013 – Execução Orçamental 2013. Medidas de Contenção.
- ❑ Despacho Reitoral n.º 050.2013 – Primeira alteração ao Regulamento de Prestação de Serviço dos Docentes.
- ❑ Despacho Reitoral n.º 058.2013 – Extinção da Fundação para o Desenvolvimento da Universidade do Algarve.
- ❑ Continuação da reorganização dos Serviços Centrais, Reitoria e Unidades Funcionais, tendo sido publicados os Despachos de nomeação para algumas Chefias Intermédias de 1º e 2º grau;
- ❑ Despacho Reitoral de Férias de Pessoal foi publicado o Despacho RT 30/2012 de 2 de Abril no sentido de reduzir os encargos de funcionamento.

Relativamente ao património imobiliário da Universidade, este encontra-se todo registado em nome da instituição, à exceção do edifício da Escola Superior de Saúde de Faro que se encontra afeto à atividade da UAlg, cuja regularização depende do Despacho Conjunto dos Ministros das Finanças, da Educação e da Saúde, conforme o Decreto-Lei n.º 99/2001, de 28 de Março.

É de referir que em 2013, teve início a Empreitada de construção do edifício para o curso de Medicina da Universidade do Algarve, tendo a repartição dos encargos decorrentes da execução desta obra, sido autorizada por portaria de extensão de encargos emitida pelo Ministro de Estado e das Finanças e pelo Ministro da Educação e Ciência. A referida portaria, foi publicada na 2.ª série do Diário da República de 01 de agosto de 2013, sob o n.º 518/2013, autorizando a seguinte repartição de encargos:

- a) Ano de 2013 - € 673.425 (seiscentos e setenta e três mil quatrocentos e vinte e cinco euros), com IVA incluído à taxa legal em vigor, pela verba inscrita no âmbito do Programa - Projeto 07764- UALG – Edifício para o curso de Medicina (2.ª fase do edifício da Faculdade de Ciências e Tecnologia), rubrica da classificação económica D.07.01.03.BO.CO, fonte de financiamento 311;
- b) Ano de 2014 - € 1.802.398 (um milhão oitocentos e dois mil trezentos e noventa e oito euros), com IVA incluído à taxa legal em vigor, pela verba inscrita no âmbito do Programa - Projeto 07764- UALG – Edifício para o curso de Medicina (2.ª fase do edifício da Faculdade de Ciências e Tecnologia), rubrica da classificação económica D.07.01.03.BO.CO, fonte de financiamento 418;
- c) Ano de 2015 - € 217.877 (duzentos e dezassete mil oitocentos e setenta e sete euros), com IVA incluído à taxa legal em vigor, pela verba inscrita no âmbito do Programa - Projeto 07764- UALG - Edifício para o curso de Medicina (2.ª fase do edifício da Faculdade de Ciências e Tecnologia), rubrica da classificação económica D.07.01.03.BO.CO, fonte de financiamento 418.

No ano de 2013, mantiveram-se em vigor os manuais de procedimentos, tendo sido publicadas algumas normas de forma isolada.

O exercício de execução orçamental e financeira da Universidade obedeceu a normas emanadas pela Direcção-Geral do Orçamento, para além das normas constantes na Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro de 2012 que aprova o Orçamento do Estado para 2013 e no Decreto-Lei de Execução Orçamental n.º 36/2013 de 11 de março de 2013.

Para o ano de 2013, a Universidade do Algarve volta a apresentar as suas contas nos moldes exigidos pela Portaria 794/2000, de 20 de Setembro, que aprova o Plano Oficial de Contabilidade Público para o sector da Educação (POC-Educação).

Para além do tradicional mapa dos fluxos de caixa em que se demonstram os recebimentos e os pagamentos efetuados durante o ano económico, constituindo um mapa de tesouraria – incluem-se como documentos de prestação de contas o Balanço, a Demonstração de Resultados e os respetivos Anexos.

A conta da Universidade do Algarve vai ser objeto de Certificação Legal de Contas, sendo realizada pela sociedade de revisores oficiais de contas Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados, SROC Lda, fiscal único da Universidade nomeado pelo despacho conjunto dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Despacho n.º 23199/2009 de 1 de outubro, publicado no Diário da República, 2.ª série – N.º 205, de 22 de outubro de 2009.

2. Atividades desenvolvidas em 2013

As atividades desenvolvidas em 2013 enquadraram-se nos objetivos do Plano Estratégico da Universidade do Algarve para 2010-2013, tendo também presente o contexto global em que se exerceu a sua intervenção. O ambiente externo continuou a condicionar o cumprimento de algumas atividades, que em parte foram comprometidas pelas restrições de âmbito orçamental verificadas e pelas dificuldades que afetam o país. Estas restrições, não inviabilizando as atividades letivas, obrigaram a Universidade a concentrar os recursos disponíveis nos compromissos anteriormente assumidos e nas atividades correntes da instituição.

Pese embora os condicionalismos verificados, a avaliação global do desempenho, no que respeita às metas propostas, pode considerar-se positiva, com um elevado grau de cumprimento dos projetos e das atividades previstas no Plano de Atividades para 2013, com especial destaque para os seguintes vetores de atividades:

Vetor 1- Ensino

Neste vetor foram previstas diversas atividades desenvolvidas durante o ano de 2013 que passavam pela reestruturação da oferta formativa do 1º Ciclo e Mestrados Integrados e pelo reforço não só da oferta ao nível dos 2º e 3.ºs Ciclos, como também de cursos não conferentes de grau.

1.1. Acesso aos Cursos de 1.º Ciclo e Mestrados Integrados

A Universidade disponibilizou em 2013/2014 através do Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior (CNA) 1.562 vagas distribuídas por 48 cursos. Destes, quarenta e sete são cursos de 1º Ciclo e um é mestrado integrado. Verificou-se um decréscimo das vagas oferecidas relativamente ao ano letivo de 2012/2013, de cerca de 6%, decisão que se baseou no decréscimo do fluxo global de estudantes que procura o ensino superior e na impossibilidade de mobilizar um número adicional de estudantes em regime pós-laboral. Esta última modalidade, nos últimos anos, não teve o sucesso esperado.

Das vagas disponibilizadas pela Universidade através do CNA em 2013/2014 resultaram 873 alunos inscritos, distribuídas pelas diferentes Unidades Orgânicas de acordo com o Quadro seguinte:

Quadro 1 - Alunos c/ ingresso CNA (1ª, 2ª e 3ª fases)

Unidades Orgânicas	ANO LETIVO			
	2012/2013		2013/2014	
	Vagas	Inscritos	Vagas	Inscritos
FE	175	116	152	80
FCT	333	198	291	169
FCHS	195	141	192	128
DCBM	40	42	45	46
ESGHT	365	259	369	192
ISE	170	37	144	36
ESSaúde	180	165	180	78
ESEC	195	168	189	144
Total UAlg	1653	1126	1562	873

FONTE: RAIDES12. Aplicação informática SOPHIA (31.12.2013).

1.2. Alunos Inscritos nos diferentes graus de ensino

No ano letivo de 2013/2014, encontram-se inscritos 7.856 alunos na totalidade dos cursos lecionados na Universidade. Comparativamente com o ano anterior, verifica-se que a UAlg diminui globalmente o seu número de alunos, devendo-se esta quebra, fundamentalmente, à maior dificuldade na captação de estudantes que terminam o 12.º ano.

Relativamente à componente correspondente aos cursos de 2.º Ciclo e aos cursos de pós-graduação é expectável que o número de alunos inscritos seja superior ao registado (Quadro 2) pois alguns desses ciclos de estudo iniciam o seu funcionamento apenas no 2º semestre.

Quadro 2 - Evolução do nº de alunos inscritos por tipo de curso

Cursos	2012/2013	2013/2014
1º Ciclos e Mestrados Integrados	6511	5872
2º Ciclos (Mestrados)	1525	1386
3º Ciclos (Doutoramentos)	306	274
Pós-Graduações/Cursos de Especialização	19	18
Cursos de Especialização Tecnológica (CET)	190	306
Total	8551	7856

FONTE: RAIDES12. Aplicação informática SOPHIA (31.12.2013).

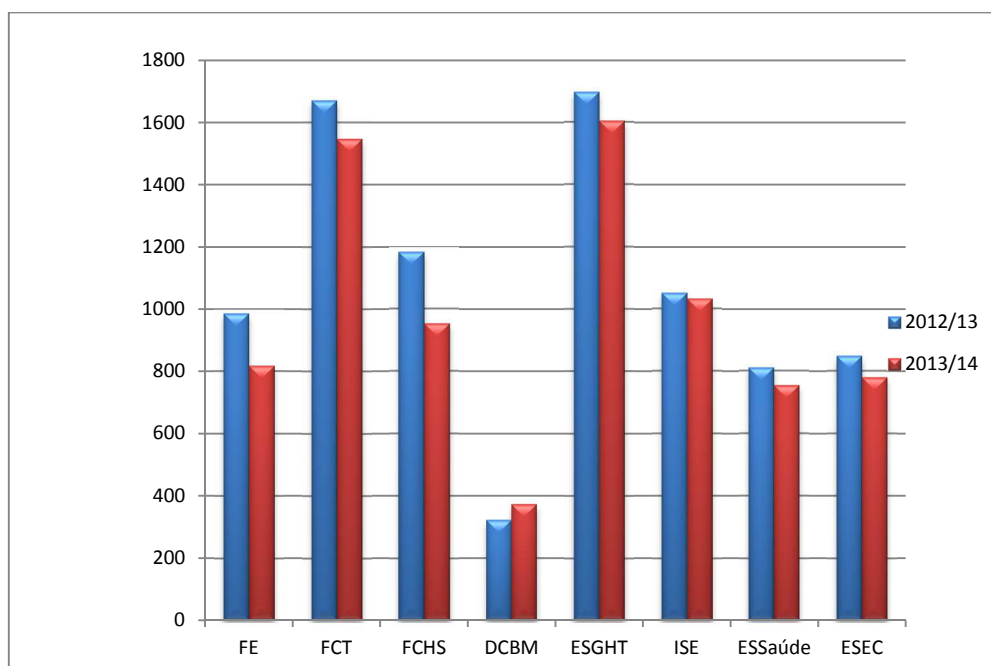
Numa análise mais detalhada pode verificar-se (Quadro 3 e Gráfico 1) a evolução do número de alunos inscritos nas diferentes Unidades Orgânicas e no Departamento de Ciências Biomédicas e Medicina, nos diversos graus oferecidos.

Quadro 3 - Evolução nº de alunos inscritos por UO/DCBM nos diferentes graus de ensino

UO/DCBM	CET		1º ciclos e MI		2º ciclos		3º ciclos		Pós-grad. não conferentes de grau		Total	
	2012/13	2013/14	2012/13	2013/14	2012/13	2013/14	2012/13	2013/14	2012/13	2013/14	2012/13	2013/14
FE	0	0	601	532	326	237	58	48	0	0	985	817
FCT	12	9	1216	1104	300	307	142	125	0	2	1670	1547
FCHS	0	0	652	563	453	317	77	72	0	0	1182	952
DCBM	0	0	257	282	35	61	29	29	0	0	321	372
ESGHT	46	53	1483	1372	137	179	0	0	30	0	1696	1604
ISE	132	244	801	647	117	124	0	0	0	16	1050	1031
ESSaúde	0	0	799	715	11	39	0	0	0	0	810	754
ESEC	0	0	702	657	146	122	0	0	0	0	848	779
Total UALG	190	306	6511	5872	1525	1386	306	274	30	18	8562	7856

FONTE: RAIDES12. Aplicação informática SOPHIA (31.12.2013). **NOTA:** Os dados incluem alunos inscritos a elaborar dissertação, no caso de Mestrados Integrados e de Mestrados, e de alunos inscritos a elaborar projeto, no caso dos Cursos de Especialização Tecnológica

Gráfico 1 - Evolução do número de alunos por UO/DCBM



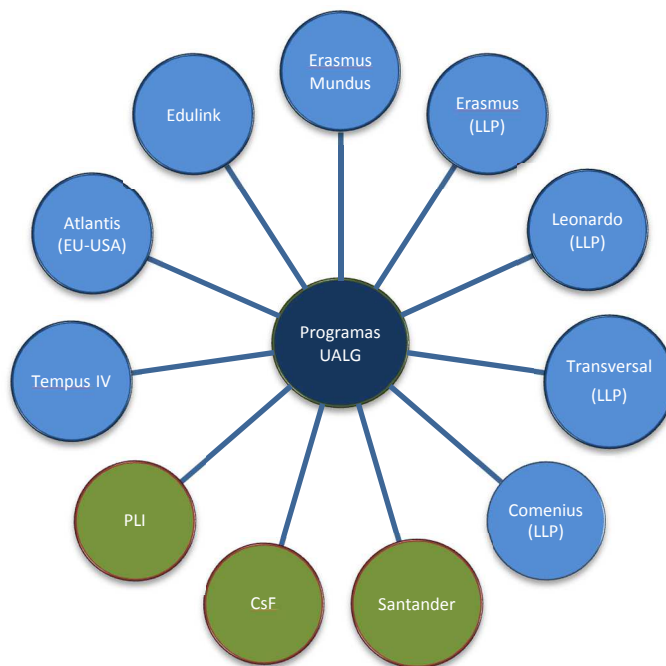
FONTE: RAIDES12. Alunos inscritos 2012/13. Aplicação informática SOPHIA (22.01.2013)

1.3. Internacionalização no Ensino

No domínio da internacionalização, a Universidade manteve sua atividade no sentido de ampliar não só a atração do número de estudantes internacionais, como também a diversificação das nacionalidades desses mesmos estudantes. Os protocolos assinados têm permitido aprofundar essa tendência, que permite criar na Universidade do Algarve uma bolsa interessante de estudantes de outras nacionalidades, os quais atingirão quase 10% do corpo discente.

Os programas nos quais a Universidade do Algarve tem estado inserida são diversos, com predomínio para os programas oferecidos pela União Europeia (Gráfico 2). Ao longo do ano de 2013 explorou-se o potencial destes programas, embora se admita que se ficou aquém do que poderia ser executado. O aproveitamento completo desse potencial depende, em grande escala, da simplificação burocrática dos mecanismos diplomáticos para atribuição de vistos e dos condicionalismos adotados para resolver as questões de residência de estrangeiros.

Gráfico 2 - Programas de cooperação com envolvimento da UAlg



FONTE: GRIM

NOTA: azul=programas europeus. Verde=programas não europeus).

Em termos de programas que apoiam a mobilidade de estudantes, designadamente dos que vêm estudar para a Universidade do Algarve, nota-se nos últimos anos um crescimento nas linhas do Programa Erasmus Mundus.

1.4. Formação Extracurricular

A formação ao longo da vida assume um papel cada vez mais importante na Missão da Universidade do Algarve e abrange uma oferta em áreas de formação inicial, pós-graduada e de formação contínua, bem como através da frequência isolada de unidades curriculares lecionadas nos seus cursos.

No ano letivo de 2012/2013, o número de alunos inscritos na Universidade em Formação Extra-Curricular atingiu os 155 alunos, verificando-se no ano de 2013/14 um ligeiro aumento para 176 alunos, número ainda reduzido face à capacidade disponível para este tipo de formação

Vetor 2- Investigação e Transferência

O processo de reorganização da rede de I&D, desenvolvida nos últimos dois anos, conduziu à identificação de Centros de Investigação (CI) que estão inseridos no universo da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e à homologação de Centros de Estudos e Desenvolvimento

(CED), criados apenas no âmbito institucional da UAlg. Estes Centros fomentam a reunião interna de competências e valências afins com a expectativa de poderem evoluir para o formato de Centros de Investigação, logo que exista a respetiva avaliação externa.

A transferência de tecnologia está, por outro lado, também associada à formação de empresas de base tecnológica. Neste domínio, têm-se realizado ações de divulgação e workshops de sensibilização ao aparecimento de projetos empresariais liderados por investigadores, por estudantes de doutoramento ou por bolseiros de pós-doutoramento, projetos que beneficiarão dos apoios logístico e técnico-administrativo da Universidade.

A inovação e o empreendedorismo configuram atualmente condições necessárias ao desenvolvimento e crescimento económico, contribuindo para a promoção da competitividade das regiões e das empresas. Consequentemente, enquanto organismos de criação de conhecimento e de formação de recursos humanos, as universidades constituem um ambiente propício para a difusão da inovação junto da comunidade.

Dadas as restrições do sistema económico atual, a valorização de conhecimento inovador no mercado conducente a novos produtos e serviços ou a novas metodologias de organização do trabalho, configura não apenas uma oportunidade de emprego, mas também um estímulo ao sistema económico, fomentando uma atitude disruptiva. A vertente de apoio ao empreendedorismo e à transferência de conhecimento e tecnologia continuou a ser dinamizada pelo CRIA, atualmente uma Divisão da UAIC. Na sua vertente relacionada com a propriedade industrial, o CRIA tem no seu seio um núcleo de apoio a esta atividade, o GAPI – Gabinete de Apoio à Promoção da Propriedade Industrial, o qual tem como competência promover a valorização económica da investigação desenvolvida por docentes/investigadores da UAlg nas diversas áreas científicas.

Vetor 3- Comunidade

A Universidade tem prestado uma atenção significativa ao reforço das relações com os seus diplomados e, com a comunidade regional. Nesta última linha, a preocupação abrange a cooperação com as autarquias, com as empresas, com os estabelecimentos de ensino básico e secundário e com outras instituições da região.

A relação com a comunidade regional tem vindo a traduzir-se numa oferta diversificada de serviços e de atividades que abrangem tanto projetos com uma forte componente de intervenção social, como projetos de natureza formativa e cultural. Em 2013, e de acordo com as áreas de intervenção.

Vetor 4- Governança

Neste vetor foram previstas diversas atividades a desenvolver durante o ano de 2013, tendo a sua execução sido marcada pelo esforço de modernização dos serviços e de atualização dos meios tecnológicos disponíveis, pela entrada em funcionamento da plataforma SIGESTUALG, pela alteração do quadro legislativo relativo à execução orçamental, nomeadamente a Lei do Orçamento de Estado e Lei dos Compromissos, e pelo agravamento dos constrangimentos financeiros.

3. Execução Orçamental

A Universidade do Algarve contou, durante o ano de 2013, com um total de recebimentos orçamentais no valor de 56.343.844,26€, sendo 3.349.520,61€ de saldo da gerência anterior e 52.994.323,65€ de receitas arrecadadas durante o ano.

Comparando com o volume total de receitas orçamentais de 2012, verifica-se um acréscimo na ordem dos 10,21% (51.123.612€ em 2012 contra 56.343.844,26€ em 2013).

Se compararmos apenas as receitas cobradas no ano, sem considerar os saldos transitados, verifica-se em 2013, um crescimento de receita arrecadada na ordem dos 17,17%. Este valor é explicável em grande medida pelo aumento da comparticipação do Orçamento do Estado, que apresenta um crescimento de 16,98% (28.522.658,59€ em 2012 contra 33.365.827€ em 2013). Este aumento de dotação do Orçamento de Estado está associado à reposição dos Subsídios de Férias e de Natal que ocorreram em 2013.

Por outro lado, também a receita proveniente dos fundos comunitários regista um expressivo acréscimo na ordem dos 76,24% (3.256.857,27€ em 2012 contra 5.739.761,52€ em 2013).

Os recebimentos com proveniência em receitas próprias, sofreram uma diminuição de 6,17% (10.412.786,58€ em 2012 contra 9.770.695,07€ em 2013).

Em 2013, no âmbito do Contrato Programa entre o Estado Português e a UAlg, para o ensino do Curso de Medicina, foi arrecadada a quantia de 750.000€. Em 2012, o financiamento do curso de medicina foi de 773.829,59 €.

As verbas de Orçamento de Estado ligadas a Projetos de Investigação, apresentam um aumento de 19,21% (2.956.647,38€ em 2012 contra 3.524.615,06€ em 2013).

Em 2013, está autorizado o encargo de 673.425€ com a Empreitada de construção do edifício para o curso de Medicina. Esta obra, está inscrita em plano de investimento (Ex-PIDDAC), tendo sido requisitada a quantia de 80.000€, em 2012 e 593.425€ em 2013.

As receitas arrecadadas distribuem-se de acordo com o exposto no Quadro 4.

Quadro 4 – Comparação das receitas arrecadadas em 2012 e 2013

Tipo	Receitas 2012	Receitas 2013
OE	28.522.658,59 €	33.365.827,00 €
OE - Outros	2.956.647,38 €	3.524.615,06 €
Fundos comunitários	3.256.857,27 €	5.739.761,52 €
Receitas próprias	10.412.786,58 €	9.770.695,07 €
PIDDAC – OE	80.000,00 €	593.425,00 €
Total	45.228.949,82 €	52.994.323,65 €

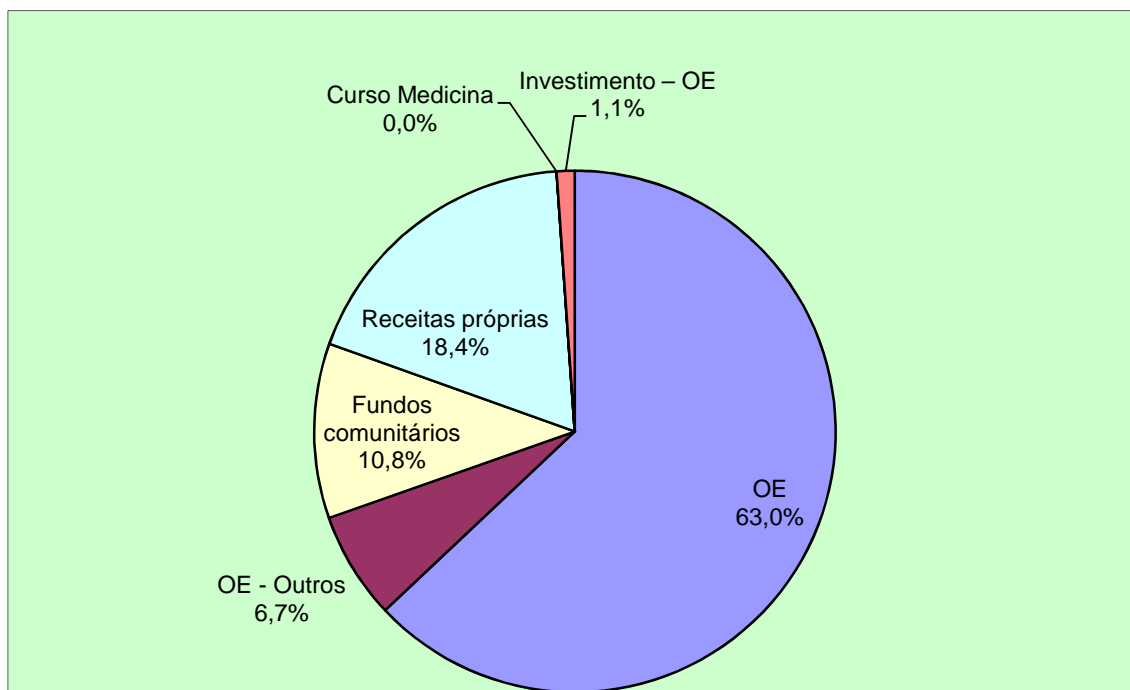
Relativamente ao saldo transitado da gerência anterior, este distribui-se da seguinte forma:

Quadro 5 – Saldo da Gerência Anterior

Saldo Gerência Anterior (2012)	Valor	Peso
OE	1.028,94 €	0,03%
OE - Outros	1.034.657,12 €	30,89%
Fundos comunitários	1.464.865,81 €	43,73%
Receitas próprias	768.968,74 €	22,96%
Plano de investimentos (Ex-PIDDAC)	80.000,00 €	2,39%
Total	3.349.520,61 €	100,00%

Fazendo uma análise ao peso das receitas arrecadadas durante o ano económico de 2013, verificamos no Gráfico 3, que as transferências do Estado (OE) representam 63% do total de receitas e as receitas próprias 18,4%. As receitas provenientes de fundos comunitários representam 10,8% e a componente de OE – Outros, onde se inclui os Projetos de Investigação, receitas provenientes da FCT para pagamento de investigadores e para custos de formação, representa 6,7%.

Gráfico 3 – Total de Receitas – 2013



Comparando o orçamento inicial da Universidade do Algarve para 2013, que apresentava um valor global de 51.731.355€, verifica-se que foi executado 52.994.323,65€, havendo um desvio positivo de 1.262.969€, correspondente a uma taxa de execução de 102,44%.

Esta variação positiva face ao inicialmente previsto, deve-se essencialmente ao reforço das receitas provenientes do OE, cujo desvio positivo é de 4.980.311€. Por outro lado, é de referir que as receitas provenientes de OE – Outros e Fundos Comunitários, também apresentam níveis de execução superiores ao orçamento inicial.

Os níveis de execução mais reduzidos, verificam-se ao nível das receitas próprias, tendo sido executado apenas 62,76% do que estava previsto, e o plano de investimentos (Ex-PIDDAC) com uma execução de 59,34% face ao orçamento inicial.

Estes valores poderão ser observados no Quadro 6.

Quadro 6 – Comparação entre o orçamento inicial e as receitas arrecadadas

Tipo	Orçamento Inicial Previsto	Receitas Arrecadadas	Desvio	Tx. Exec.
OE	28.385.516,00 €	33.365.827,00 €	4.980.311,00 €	117,55%
OE - Outros	2.682.394,00 €	3.524.615,06 €	842.221,06 €	131,40%
Fundos comunitários	4.095.755,00 €	5.739.761,52 €	1.644.006,52 €	140,14%
Receitas próprias	15.567.690,00 €	9.770.695,07 €	(5.796.995) €	62,76%
PIDDAC – OE	1.000.000,00 €	593.425,00 €	(406.575) €	59,34%
Total	51.731.355,00 €	52.994.323,65 €	1.262.969	102,44%

O saldo que transitou para a gerência seguinte (2014) totaliza 3.889.381,70€, conforme se pode verificar no Quadro 7, onde o mesmo se distribui pelas várias fontes de financiamento.

Quadro 7 – Saldo para a Gerência Seguinte

Saldos para a Gerência Seguinte	Valor	Peso
OE	1.735,50 €	0,04%
OE - Outros	1.250.028,06 €	32,14%
Fundos comunitários	2.101.311,94 €	54,03%
Receitas próprias	421.136,52 €	10,83%
Plano de investimentos (Ex-PIDDAC)	115.169,68 €	2,96%
Total	3.889.381,70 €	100,00%

Relativamente ao saldo que transitou de 2012 (3.349.520,61€) observa-se um aumento de 539.861,09€.

Uma vez que verifica-se o aumento do saldo de gerência, revela o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental, estabelecida no art. 25.º da Lei do Enquadramento Orçamental, Lei n.º. 91/2001, de 20 de Agosto.

Verificando-se que as receitas arrecadadas no ano de 2013, sem considerar o saldo transitado da gerência de 2012, foram superiores às despesas pagas no ano de 2013 em 539.861,09€.

A Universidade do Algarve cumpriu ainda o Regime de Unidade de Tesouraria, tendo observado o disposto no artigo 115º do RJIES – Lei nº 62/2007 de 10 de Setembro, uma vez que transitou como saldo bancário nas contas abertas no Instituto de Gestão de Tesouraria e do Crédito Público (IGCP) o valor global de 2.305.778,40 euros.

4. Demonstrações Financeiras

Balanço da Universidade do Algarve a 31.12.2013

(Valores expressos em euros)

Activo	2013		2012	
	Activo Bruto	Amortizações e Provisões	Activo Líquido	Activo Líquido
Imobilizado				
Imobilizações Incorpóreas				
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	0	0	0	0
Propriedade Industrial e Outros Direitos	17.726	0	17.726	17.726
Imobilizações Incorpóreas em curso	576.113	0	576.113	283.742
	593.840	0	593.840	301.469
Imobilizações Corpóreas:				
Terrenos e Recursos Naturais	788.176	0	788.176	788.176
Edifícios e Outras Construções	60.696.683	14.080.584	46.616.099	47.174.458
Equipamento e Material Básico	29.076.150	25.537.717	3.538.433	4.321.409
Equipamento de Transporte	670.637	664.796	5.840	8.761
Ferramentas e Utensílios	188.848	183.192	5.656	7.036
Equipamento Administrativo	12.298.935	11.987.583	311.352	359.908
Taras e Vasilhame	483	483	0	0
Obras de Arte	54.802	1.372	53.430	47.091
Outras Imobilizações Corpóreas	4.933.142	4.674.781	258.361	316.567
Imobilizações em Curso	115.651		115.651	213.588
Adiantamento conta Imob. Corpóreas	460.098		460.098	0
	109.283.605	57.130.509	52.153.097	53.236.996
Investimentos Financeiros				
Partes de Capital	26.241	0	26.241	21.241
	26.241	0	26.241	21.241
Circulante				
Existências:				
Matérias-primas, subsid. e de consumo	31.292	0	31.292	37.553
	31.292	0	31.292	37.553
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo				
Clientes, c/c	786.576	0	786.576	713.205
Alunos c/c	1.225.844	0	1.225.844	1.112.037
Clientes, alunos e utentes-cobrança duvidosa	2.329.393	2.329.393	0	0
Adiantamentos a fornecedores	4.467	0	4.467	16.599
Estado e Outros Entes Públicos	122.072	0	122.072	108.809
Outros Devedores	73.687	0	73.687	438.145
	4.542.039	2.329.393	2.212.646	2.388.794
Títulos Negociáveis				

Outras aplicações de tesouraria	0	0	0	0
	0	0	0	0
Depósitos Bancários e Caixa				
Conta no Tesouro	2.305.778	0	2.305.778	1.061.451
Depósitos em Instituições Financeiras	1.575.639	0	1.575.639	2.297.829
Caixa	12	0	12	128
	3.881.430	0	3.881.430	3.359.407
Acréscimos e Diferimentos				
Acréscimos de Proveitos	153.575	0	153.575	48.430
Custos Diferidos	23.771	0	23.771	48.456
	177.345	0	177.345	96.886
Total de Amortizações		57.130.509		
Total de Provisões		2.329.393		
Total do Activo	118.535.792	59.459.901	59.075.891	59.442.347

Balanço da Universidade do Algarve a 31.12.2013

(Valores expressos em euros)

Fundos Próprios e Passivo	2013	2012
Fundos Próprios		
Património	1.087.160	1.087.160
Reservas de Reavaliação		0
Reservas:		
Subsídios	788.176	788.176
Doações	433.176	255.224
Outros Acertos Patrimoniais		175.893
Resultados Transitados	-4.572.875	-3.595.564
Resultado Líquido do Exercício	-1.820.166	-977.311
Total dos Fundos Próprios	-4.084.529	-2.266.422
Passivo		
Provisões para riscos e encargos:	149.999	149.999
	149.999	149.999
Dívidas a Terceiros		
Médio e Longo Prazo:		
Credores Diversos	0	0
	0	0
Curto Prazo:		
Fornecedores c/c	469.406	1.090.587
Fornecedores, Faturas-Receção e Conf.	80.453	20.456
Fornecedores de Imobilizado c/c	73.607	41.482
Estado e Outros Entes Públicos	34.779	41.527
Outros Credores	471.447	517.068
	1.129.693	1.711.119
Acréscimos e Diferimentos		
Acréscimos de Custos	5.324.181	2.894.142
Proveitos Diferidos	56.556.547	56.953.509
	61.880.728	59.847.651
Total do Passivo	63.160.420	61.708.769
Total dos Fundos Próprios e do Passivo	59.075.891	59.442.347

Demonstração de Resultados por natureza da Universidade do Algarve a 31.12.2013

	2013		2012	
Custos e Perdas				
CMVMC				
Mercadorias			0	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	10.303	10.303	0	0
Fornecimentos e Serviços Externos	6.727.078	6.727.078	6.938.181	6.938.181
Custos com Pessoal				
Remunerações	34.590.361		29.288.530	
Encargos Sociais	7.478.847	42.069.208	5.413.188	34.701.718
Transferências Correntes	2.698.609	2.698.609	3.760.201	3.760.201
Amortizações do Exercício	2.541.985		3.040.085	
Provisões do Exercício	603.947	3.145.932	458.057	3.498.142
Outros Custos e Perdas Operacionais	123.110	123.110	249.397	249.397
(A)		54.774.239		49.147.639
Custos e Perdas Financeiras	43.188	43.188	38.703	38.703
(C)		54.817.427		49.186.343
Custos e Perdas Extraordinárias	392.077	392.077	131.746	131.746
(E)		55.209.504		49.318.089
Resultado Líquido do Exercício		-1.820.166		-977.311
		53.389.338		48.340.777
Proveitos e Ganhos				
Vendas e prestações de Serviços				
Vendas	20.571		22.020	
Prestações de Serviços	766.637	787.209	788.874	810.894
Impostos e Taxas	9.255.648	9.255.648	9.372.912	9.372.912
Proveitos Suplementares	580.502	580.502	251.921	251.921
Transferências e Subsídios Correntes				

Transferências - Tesouro	33.372.297		0	
Outras	6.047.687	39.419.984	35.331.856	35.331.856
Trabalhos para a Própria Entidade	0	0	0	0
Outros Proveitos Operacionais	0	0	0	0
(B)		50.043.342		45.767.583
Proveitos e Ganhos Financeiros	1.671	1.671	25.872	25.872
(D)		50.045.014		45.793.455
Proveitos e Ganhos Extraordinários	3.344.324	3.344.324	2.547.322	2.547.322
(F)		53.389.338		48.340.777
Resumo:				
Resultados Operacionais:(B)-(A)=		-4.730.897		-3.380.057
Resultados Financeiros:(D-B)-(C-A)=		-41.516		-12.831
Resultados Correntes:(D)-(C)=		-4.772.413		-3.392.887
Resultado Líquido Exercício:(F)-(E)=		-1.820.166		-977.311

5. Análise Financeira

a) Situação financeira geral

Da situação financeira da Universidade do Algarve, espelhada nas suas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2013 – Balanço e Demonstração de Resultados – destacam-se os seguintes aspetos:

Balanço

O Ativo Líquido de 59.075.890,85 euros registou uma diminuição de 0,62% relativamente ao ano anterior. De uma forma geral, observou-se a uma diminuição do valor líquido do imobilizado corpóreo, no valor de -1.083.899,38 euros, o que representa uma redução de -2,04%. O decréscimo mais significativo verifica-se ao nível do Equipamento e Material Básico com uma quebra de -18,12%. Também os Edifícios e Outras Construções, registam uma diminuição de 558.359,26 euros (-1,18%). O Equipamento Administrativo, diminuiu -13,49%,

uma redução de -48.556,31 euros. As reduções registadas, devem-se essencialmente ao peso das depreciações no imobilizado corpóreo.

Por outro lado, também as Outras Imobilizações Corpóreas e as Imobilizações em Curso, registam uma diminuição de -58.205,80 euros e -97.937,11 euros.

Em Adiantamento por conta de Imobilizações Corpóreas, encontra-se registado o valor de 460.098 euros.

Em Investimentos Financeiros, estão registados as partes de capital, tendo em 2013, sofrido um acréscimo de 5.000€.

As Dívidas de Terceiros de Curto Prazo, apresentam um decréscimo de -176.148 euros (variação negativa de -7,37%).

Na conta de Disponibilidades, verifica-se um aumento de 522.022,41, o que representa uma variação positiva de 15,54%.

Os Fundos Próprios aumentaram o seu valor negativo, para -4.084.529 euros, em grande parte devido ao Resultado Líquido do Exercício negativo que, neste ano económico, se situa em -1.820.165,80 euros.

O Passivo, no valor de 63.160.420 euros, aumentou 2,35% em relação ao ano anterior.

No geral, observou-se uma diminuição das dívidas a terceiros de curto prazo, registando um decréscimo de 581.426 euros, o que percentualmente evidencia uma redução de -33,98%.

No entanto, o fator que mais contribui para o aumento do passivo foi a conta de Acréscimos de Custos, que integra a especialização do subsídio de férias de 2013 a pagar em 2014. Uma vez que o Orçamento de Estado para 2013, previa a suspensão do pagamento do subsídio de férias relativo ao ano de 2012, este facto não foi revelado nas contas de 2012.

Demonstração de Resultados

Passando à análise dos aspetos mais relevantes da Demonstração de Resultados, verifica-se que o resultado líquido do exercício apurado em 2013 foi de -1.820.165,80 euros.

Em comparação com o ano de 2012, os custos apresentam em 2013 um aumento de 5.891.415,27 euros.

Também os proveitos registam um acréscimo de 5.048.560,95 euros.

Relativamente ao total dos proveitos e ganhos, registou-se um aumento de 10,44% em relação a 2012, motivada essencialmente pelo aumento das transferências do Orçamento do Estado, para reposição do pagamento dos Subsídios de Férias e Natal.

O total dos custos e perdas também aumentou 11,94%, tendo passado de 49.318.089 euros em 2012 para 55.209.504 euros em 2013. Este aumento deriva essencialmente do aumento com os custos com pessoal no valor de 7.367.490,23 euros.

Na conta de Fornecimentos e Serviços Externos verifica-se uma diminuição de -211.103,39 euros (- 3%), em Amortizações do Exercício uma diminuição de 498.099,65 euros (-16,38%) e em Custos e Perdas Extraordinárias uma diminuição de -126.287,25 euros (-50,64%).

Na conta de Transferências Correntes Concedidas e Prestações sociais, verifica-se uma diminuição de -1.061.592,16 euros, o que percentualmente representa uma variação negativa de – 28,23%.

Dos valores apresentados anteriormente, obteve-se um Resultado Operacional negativo de 4.730.896,86 euros, tendo-se agravado relativamente ao ano anterior que apresentava um valor negativo de 3.380.056,52 euros negativos.

Os Resultados Financeiros também se apresentam negativos em 41.516,19 euros, apresentando um decréscimo de 28.685,24 euros.

Passaremos, de seguida, a uma análise mais pormenorizada aos proveitos e aos custos da Universidade, centrando esta análise nas contas consideradas mais significativas e que possam proporcionar uma visão genérica da atividade desenvolvida em 2013.

b) Proveitos

De seguida, apresenta-se um quadro com a comparação entre as contas dos proveitos dos anos 2013 e 2012.

Quadro 8 – Estrutura de Proveitos

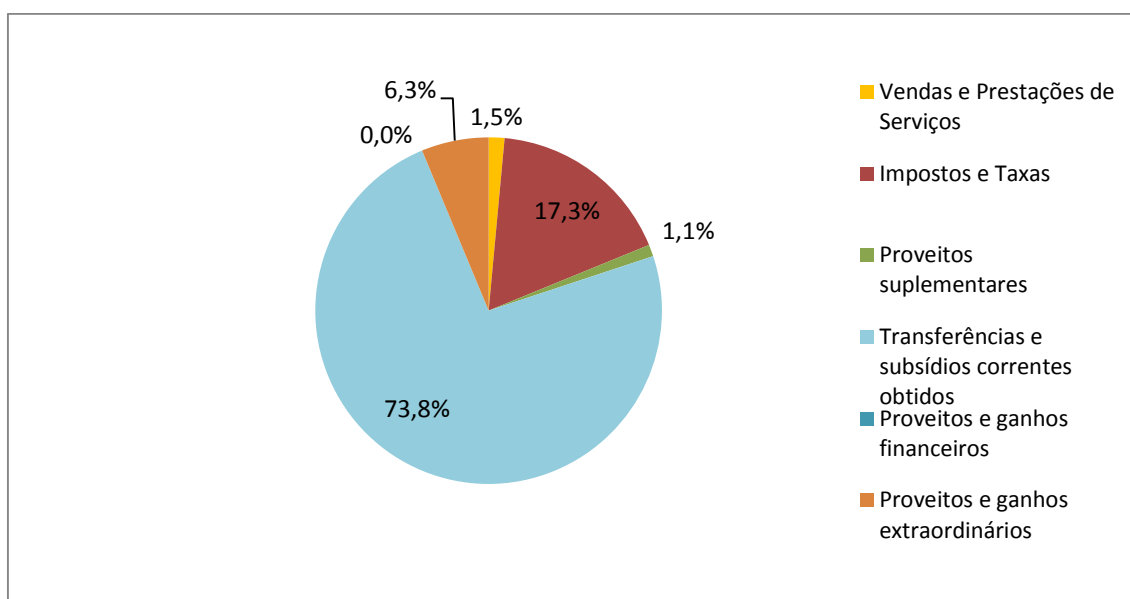
Estrutura de Proveitos	(em euros)	
	2013	2012
Vendas e Prestações de Serviços	787.209	810.894
Impostos e Taxas	9.255.648	9.372.912
Proveitos suplementares	580.502	251.921
Transferências e subsídios correntes obtidos	39.419.984	35.331.856
Proveitos e ganhos financeiros	1.671	25.872
Proveitos e ganhos extraordinários	3.344.324	2.547.322
TOTAL	53.389.338	48.340.777

No geral, assiste-se a um aumento de 10,44% dos proveitos, comparativamente com 2012, no valor de 5.048.560,95 euros, motivado pela acréscimo das Transferências e Subsídios Correntes Obtidos, onde se incluem as transferências do Orçamento do Estado.

Também a conta de Proveitos Suplementares, regista em 2013 um crescimento de 328.581,29 euros.

No Gráfico abaixo apresenta-se a estrutura de proveitos para o ano de 2013.

Gráfico 4– Estrutura de Proveitos – 2013



O valor mais significativo, com 73,8% refere-se a Transferências e Subsídios Correntes, onde se incluem as transferências provenientes do Orçamento do Estado e as transferências no âmbito da Investigação, nomeadamente transferência provenientes da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Segue-se, com 17,3%, a conta de Impostos e Taxas, onde se registam as receitas de propinas de formação inicial, de pós-graduações, mestrados não integrados, doutoramentos, taxas, emolumentos.

Passamos, de seguida, a uma análise mais detalhada das Vendas, Prestações de Serviços e Impostos e Taxas.

Pelo quadro seguinte verificamos que a maior fatia das Vendas corresponde a Fotocópias, Impressos e Publicações, com 80,19% do total do proveito.

Comparando os valores totais de 2013 com os de 2012, assistiu-se a uma redução de -6,58%, assumindo este decréscimo o montante de -1.449 euros.

Quadro 9 – Comparação das Vendas em 2013 e 2012

Vendas	(em euros)	
	2013	2012
Fotocópias, Impressos e Publicações	16.498	14.777
Livros e documentação técnica	1.670	1.072
Sebentas e Manuais	32	5.333
Outros Bens	2.371	838
TOTAL	20.571	22.020

Quanto às Prestações de Serviços, no quadro seguinte, verificamos que houve um decréscimo em 2013, em relação a 2012, de -2,82% (-22.236 euros). A maior variação negativa cabe a Assistência Técnica, com uma redução de -80,37%. Também, Inscrição em Seminários e Congressos e Outros Serviços Prestados ao Exterior, apresentam em 2013 reduções significativas de 34,12% e 33,22%, respetivamente.

Quadro 10 – Comparação das Prestações de Serviços em 2013 e 2012

Prestações de Serviços	(em euros)	
	2013	2012
Ações de Formação	115.556	68.754
Exames audiológicos e atos clínicos de avaliação	18.466	17.104
Inscrição em Seminários e Congressos	69.230	105.085
Outros Serviços de Laboratório	117.981	158.718
Assistência Técnica	14.050	71.573
Outros Serviços Prestados ao Exterior	52.360	78.402

Realização de Estudos	371.462	282.522
Realização de Trabalhos Gráficos	7.533	6.716
TOTAL	766.637	788.874

Por fim, apresenta-se uma análise detalhada dos Impostos e Taxas, onde se incluem as propinas de formação inicial.

Quadro 11 – Comparação dos Impostos e Taxas em 2012 e 2013

Impostos e Taxas	(em euros)	
	2013	2012
Propinas formação inicial	6.654.550	6.645.350
Propinas de pós-graduações	9.739	127.930
Propinas de mestrados	1.670.251	1.473.008
Propinas de doutoramentos	183.575	244.175
Taxas de matrícula	98.960	94.826
Taxas de exames	4.060	4.560
Taxas de Melhorias de nota	4.921	3.293
Seguro escolar	196.779	37.274
Outras taxas	342.248	553.160
Multas	72.113	72.107
Emolumentos	18.452	117.230
TOTAL	9.255.648	9.372.912

O valor do proveito com Impostos e Taxas registado em 2012, apresenta uma ligeira variação positiva de 1,25%, o que se traduz num acréscimo de 117.264,48€.

c) Custos

Relativamente aos custos e analisando-os na sua totalidade, comparativamente com 2012, em 2013 verifica-se um acréscimo de 11,95%, o que se traduz num aumento de 5.891.415,27 euros.

O aumento com maior expressão, verifica-se ao nível dos custos com o pessoal que registam uma variação positiva de 7.367.490,23 euros, que em termos percentuais significa um acréscimo de 21,23%. Esta variação, prende-se com os custos incorridos no exercício de 2013, com as férias e subsídio de férias. O Orçamento de Estado para 2013, previa a suspensão do pagamento do subsídio de férias ou equivalente (art. 29.º), pelo que este encargo não se encontra refletido em 2012.

Os Fornecimentos e Serviços Externos, apresentam um custo inferior ao verificado em 2012, verificando-se uma diminuição de 3,04% (-211.103,39 euros).

De referir, que as contas de Transferências Correntes Concedidas e Prestações Sociais, apresentam uma diminuição significativa de menos 1.061.592,16€, o que em termos percentuais representa -28,23%.

Os Custos e Perdas Extraordinárias, apresentam um acréscimo de 260.330,82 euros.

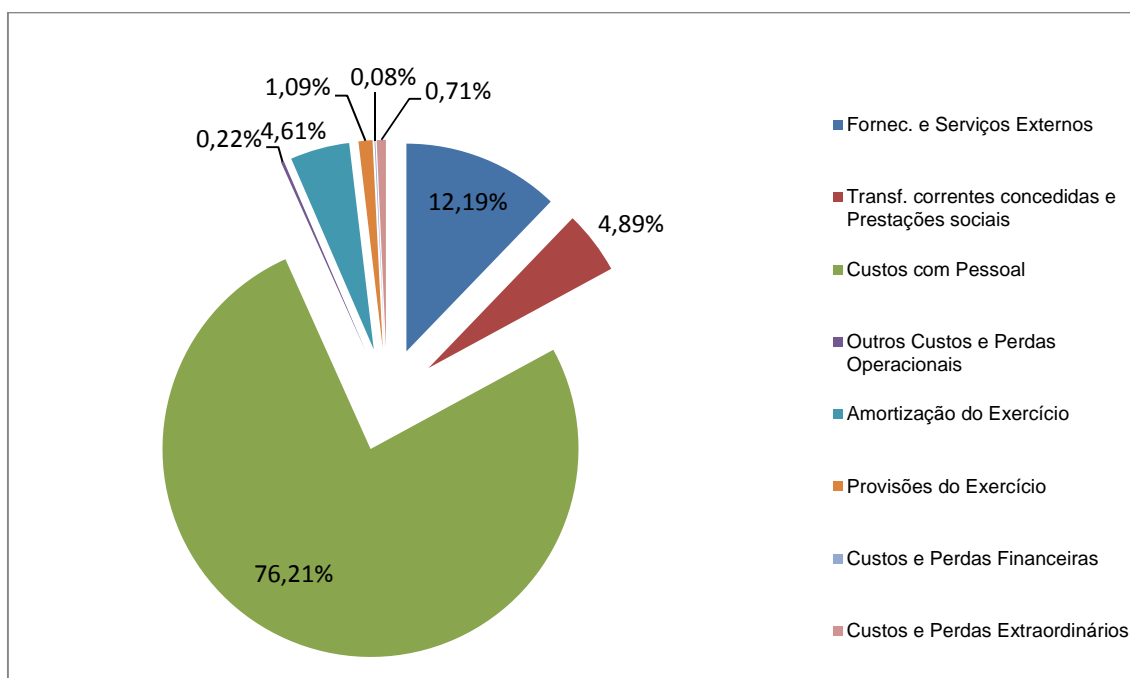
Quadro 12 – Estrutura de Custos

Estrutura de Custos	2013	2012
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	10.303	0
Fornec. e Serviços Externos	6.727.078	6.938.181
Transf. correntes concedidas e Prestações sociais	2.698.609	3.760.201
Custos com Pessoal	42.069.208	34.701.718
Outros Custos e Perdas Operacionais	123.110	249.397
Amortização do Exercício	2.541.985	3.040.085
Provisões do Exercício	603.947	458.057
Custos e Perdas Financeiras	43.188	38.703
Custos e Perdas Extraordinários	392.077	131.746
TOTAL	55.209.504	49.318.089

Segundo o gráfico abaixo, pode-se observar que do total de custos, destacam-se os custos com o pessoal, com uns significativos 76,21%, seguindo-se os fornecimentos e serviços externos, onde se incluem as aquisições de materiais necessários ao funcionamento corrente da Universidade, com 12,19%.

As transferências correntes concedidas – onde se incluem as bolsas no âmbito de mobilidade de estudantes e investigação atribuídas – representam 4,89% e as amortizações do exercício representam 4,61% do total dos custos da Universidade do Algarve.

Gráfico 5 – Estrutura de Custos – 2013



Numa análise particular aos Fornecimentos e Serviços Externos destacam-se os designados encargos comuns da instituição, como sejam os custos com a eletricidade, água, combustíveis, comunicações, limpeza, vigilância das instalações, seguros e conservação e reparação.

Quadro 13 – Comparação dos Fornecimentos e Serviços Externos em 2012 e 2013

	(em euros)	
	2013	2012
Eletricidade	1.146.240	1.111.180
Combustível	59.946	61.823
Água	448.766	439.555
Outros Fluidos	194	16.425
Ferramentas e Utens. Desgaste Rápido (Mat. Laboratório)	172.072	275.582
Livros e documentação técnica	6.985	9.027
Material de escritório	72.933	75.273
Artigos para oferta	22.774	29.653
Rendas e Alugueres	40.263	40.984
Despesas de representação	70.972	68.983
Correios	36.799	34.111
Acessos à internet	535.718	70.580
Comunicações - Telefones e Faxes	38.967	45.098
Comunicações - Telemóveis	50.300	43.650
Outras Comunicações	3.460	10.322
Seguros	44.750	90.712
Royalties	5.034	20.399
Transporte de mercadorias	10.851	11.313
Transporte de pessoal	2.849	2.470

Deslocações e Estadas	318.124	437.482
Comissões	3	0
Honorários	347.559	271.148
Conservação e reparação	166.093	358.173
Publicidade e propaganda	88.956	55.952
Limpeza, higiene e conforto	565.958	594.787
Vigilância e segurança	422.889	423.248
Trabalhos especializados	1.195.598	1.332.884
Material lúdico e didáctico	186	2.056
Produtos Químicos (Reagentes)	356.696	400.872
Material de Transporte - Peças	887	2.386
Participação em Congressos e Seminários	68.492	68.956
Inscrições em cursos de formação	42.626	23.332
Material eléctrico	19.115	17.845
Material de canalização	1.321	677
Bens para consumo em reuniões	1.380	2.344
Outros fornecimentos e serviços	361.320	488.899
	6.727.078	6.938.181

Na globalidade, a conta de Fornecimentos e Serviços Externos registou um decréscimo de 3,04% (-211.103 euros) face ao ano de 2012. Os custos com eletricidade, sofreram um aumento de 3,16%. Os combustíveis, registam em 2013 um decréscimo de 3,04%.

As mais expressivas reduções em 2013, verificam-se nos seguintes Fornecimentos e Serviços Externos:

Quadro 14 – Redução dos Fornecimentos e Serviços Externos de 2012 para 2013

	2013	2012	Δ	Δ %
(em euros)				
Ferramentas e Utens. Desgaste Rápido (Mat. Laboratório)	172.071,78	275.581,91	-103.510,13	-37,56%
Deslocações e Estadas	318.124,13	437.482,06	-119.357,93	-27,28%
Conservação e reparação	166.092,85	358.172,89	-192.080,04	-53,63%
Trabalhos especializados	1.195.598,45	1.332.883,90	-137.285,45	-10,30%
Outros fornecimentos e serviços	361.319,74	488.899,45	-127.579,71	-26,10%

Nos custos com a designação - Acessos à internet está consideradas o custo com o licenciamento de acesso à base de dados Biblioteca Científica Online (b-on) no montante de 186.846 euros, bem como o licenciamento e acesso a softwares e outras bases de dados.

Fazendo uma análise detalhada aos Custos com o Pessoal temos a comparação entre os anos de 2012 e 2013 no quadro abaixo.

Quadro 15 – Comparação dos Custos com o Pessoal em 2013 e 2012

(em euros)

Custos com o Pessoal	2013	2012
Remuneração Base do Pessoal	28.528.130	26.733.624
Suplementos de Remunerações	1.210.680	1.322.006
Prestações Sociais Directas	25.298	25.115
Subsídio de Férias e Natal	4.599.821	968.956
Encargos sobre remunerações	7.478.847	5.147.776
Outros Custos com o Pessoal	226.432	504.241
TOTAL	42.069.208	34.701.718

De uma forma global, registou-se um aumento de 21,23%, o que corresponde a um montante de 7.367.490 euros.

A maior variação em termos absolutos, verifica-se nos Subsídios de Férias e Natal, que apresenta um acréscimo de 3.630.865 euros.

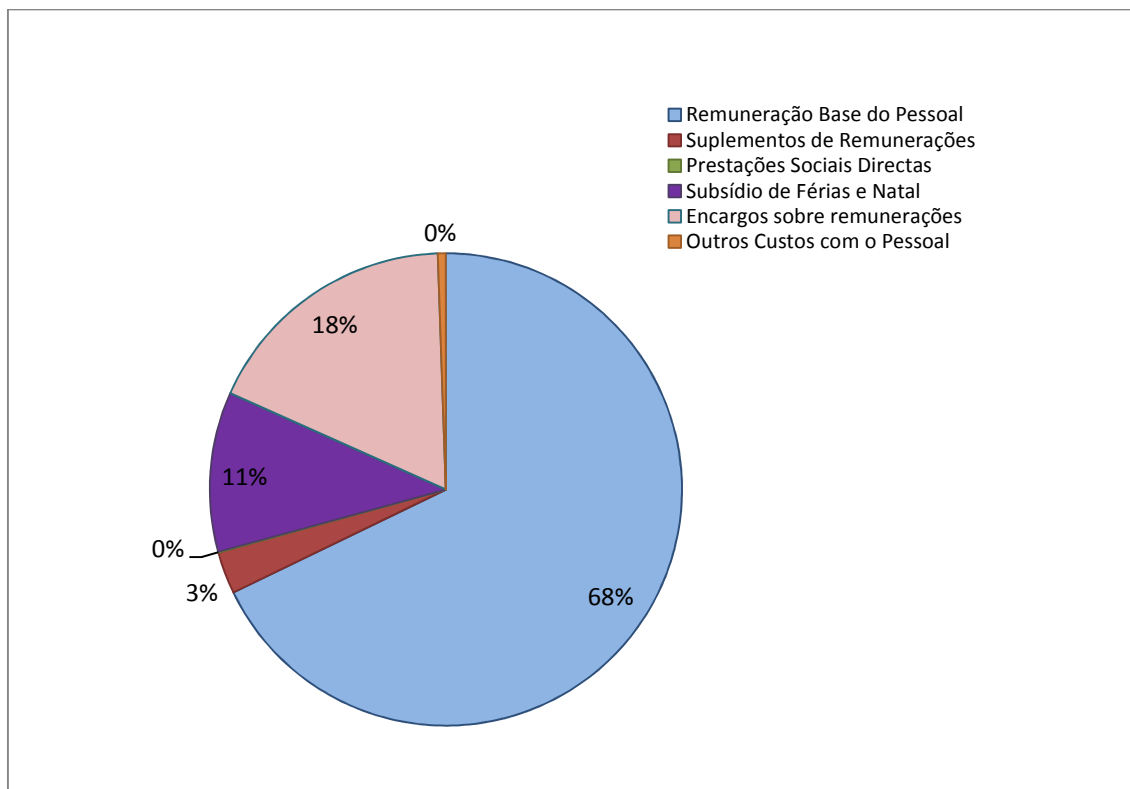
Também os Encargos sobre remunerações e as Remuneração Base do Pessoal, registam aumentos de 2.331.071 euros e 1.794.506 euros, respetivamente.

Na conta de Outros Custos de Pessoal, onde se inclui as despesas de saúde, despesas com formação, colaboração técnica e especializada e indemnizações por cessação de funções, verifica-se uma diminuição de -277.809 euros o que percentualmente significa uma variação de - 55,09%.

Os Suplementos de Remunerações, registam um decréscimo de -111.326 euros, o que representa uma diminuição de 8,42%.

Observando o Gráfico dos custos com o pessoal, a esmagadora maioria de 68%, diz respeito a Remunerações Base do Pessoal, seguidos dos Encargos sobre as Remunerações com 18% do total e a conta de Subsídio de Férias e Natal com 11%. Os Suplementos de Remunerações representaram 3%.

Gráfico 6 – Custos com Pessoal



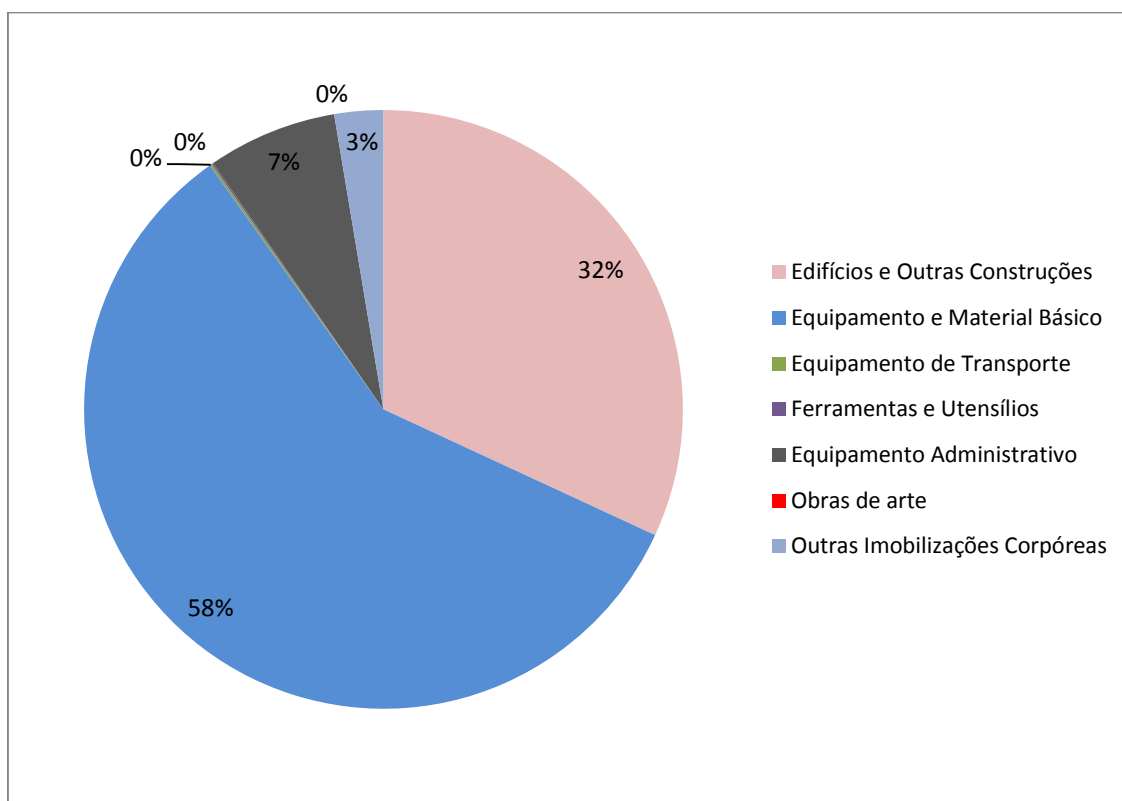
No que concerne às amortizações do Exercício, constantes do quadro seguinte, verificamos que houve uma diminuição de -16,38% em 2013 por comparação aos valores de 2012. No computo geral, verificou-se uma diminuição das amortização em -498.100 euros o que indicia o envelhecimento geral dos bens do imobilizado corpóreo.

Quadro 16 – Comparação das Amortizações do Exercício em 2012 e 2013

Amortizações do Exercício	(em euros)	
	2013	2012
Edifícios e Outras Construções	810.673	851.574
Equipamento e Material Básico	1.481.200	1.752.500
Equipamento de Transporte	2.920	2.920
Ferramentas e Utensílios	2.085	1.878
Equipamento Administrativo	177.875	329.462
Obras de arte	0	0
Outras Imobilizações Corpóreas	67.232	101.751
TOTAL	2.541.985	3.040.085

Analisando o gráfico abaixo sobre as amortizações no ano, o maior peso são as relativas a Equipamento e Material Básico, com 58% do total, logo seguidas pelas amortizações relativas a edifícios e outras construções, com 32%.

Gráfico 7 – Amortizações do Exercício – 2013



6. Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

Transcreve-se, de seguida, o anexo às demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com o disposto no Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Sector da Educação (POC – Educação).

6.1 – Caracterização da Entidade

6.1.1 - Identificação

A Universidade é uma pessoa coletiva de direito público dotada de autonomia estatutária, científica, pedagógica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar.

A Universidade do Algarve tem a sua sede na cidade de Faro e dispõe de um Pólo em Portimão. Encontra-se sob a tutela do Ministério da Educação e Ciência e tem a classificação orgânica 11.1.05.04.00. O seu número de identificação de pessoa coletiva é o 505 387 271.

A Universidade pode realizar ações com outras entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais.

6.1.2 - Legislação

A Universidade de Algarve, foi criada pela Lei n.º 11/79, de 28 de março, tendo os seus Estatutos sido homologados pelo Despacho Normativo n.º 198/91, de 24 de agosto, publicados no DR n.º 211 – I Série B, de 13-09-1991, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 13002/2000 (2ª Série), publicado em DR n.º 145 – II Série, de 26-06-2000, Despacho Normativo n.º 2/2001, de 11 de dezembro, publicado no DR n.º 10 – I Série B, de 12-01-2001 (1ª alteração) e Despacho Normativo n.º 15/2002, de 20 de fevereiro, publicado no DR n.º 65 – I Série B, de 18-03-2003 (integra a Escola Superior de Enfermagem de Faro na Universidade do Algarve, convertida em Escola Superior de Saúde de Faro, nos termos da Portaria n.º 476/2003 publicada no DR n.º 134 – I Série B, de 11 de junho de 2003).

A 10 de setembro de 2007 foi publicada a Lei n.º 62/2007, diploma que instituiu o novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES). Essa lei implicou uma mudança significativa na organização da Universidade, que se traduziu na publicação de novos estatutos, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 172.º.

Os atuais Estatutos da Universidade do Algarve foram homologados pelo Despacho Normativo nº 65/2008, publicado no DR – 2ª série nº 246 de 22 de dezembro – tendo entrado em vigor no dia útil seguinte.

6.1.3 - Estrutura Organizacional

São órgãos da Universidade, de acordo com o artigo 19.º dos seus Estatutos:

- a) O Conselho Geral;
- b) O Reitor;
- c) O Conselho de Gestão;
- d) O Senado Académico.

De acordo ainda com o mesmo artigo dos Estatutos, “a Universidade disporá ainda de um órgão consultivo denominado Conselho Económico e Social”.

A Universidade dispõe ainda de um Fiscal Único, de acordo com o artigo 67.º dos seus Estatutos, que foi nomeado pelo Despacho n.º 23199/2009, de 1 de outubro de 2009, publicado no DR 2.ª série – N.º 205 de 22 de outubro de 2009.

A Universidade estrutura-se em unidades orgânicas, unidades de investigação e de desenvolvimento, serviços e unidades funcionais. As unidades orgânicas são unidades de ensino e de investigação e são designadas por Faculdade, no caso do ensino universitário, e por Escola Superior ou Instituto Superior, no caso do ensino politécnico (artigo 9.º dos Estatutos).

Na Universidade do Algarve existem as seguintes unidades orgânicas (artigo 10.º dos Estatutos):

- a) Faculdade de Ciências e Tecnologia;
- b) Faculdade de Economia;
- c) Faculdade de Ciências Humanas e Sociais;
- d) Escola Superior de Educação e Comunicação;
- e) Instituto Superior de Engenharia;
- f) Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo;
- g) Escola Superior de Saúde.

As unidades orgânicas gozam de autonomia estatutária, científica, pedagógica, cultural e administrativa (artigo 10.º dos Estatutos) e dispõem dos seguintes órgãos (artigo 45.º dos Estatutos):

- a) O Diretor;
- b) O conselho científico, nas Faculdades;
- c) O conselho Técnico-Científico, nas Escolas;
- d) O Conselho Pedagógico.

A Universidade dispõe ainda de Serviços de Ação Social (artigo 12.º dos Estatutos). Os Serviços de Ação Social são uma Unidade Orgânica dotada de autonomia administrativa e financeira, encontram-se sujeitos à fiscalização do fiscal único e as suas contas são consolidadas com as da Universidade (artigo 58.º dos Estatutos). A estrutura destes serviços, funcionamento e competências são reguladas pelo Decreto-Lei nº 129/93 de 22 de abril de 1993 e pelo regulamento orgânico dos Serviços de Ação Social.

A Biblioteca da Universidade é uma unidade funcional, dotada de autonomia administrativa, que acolhe todas as bibliotecas da instituição e as áreas da informação e documentação (artigo 59.º dos Estatutos).

A Unidade de Apoio à Investigação Científica e Formação Pós-Graduada é uma unidade funcional da Universidade e tem como objetivo apoiar a expansão qualitativa e diversificada da investigação científica, bem como as linhas de formação pós-graduada (artigo 61.º dos Estatutos).

6.1.4 – Descrição sumária das Atividades

A Universidade do Algarve é um centro de criação, transmissão e difusão da cultura e do conhecimento humanístico, artístico, científico e tecnológico, contribuindo para a promoção cultural e científica da sociedade, com vista a melhorar a sua capacidade de antecipação e resposta às alterações sociais, científicas e tecnológicas, para o desenvolvimento das comunidades, em particular da região do Algarve, para a coesão social, promovendo e consolidando os valores da liberdade e da cidadania (artigo 2.º dos Estatutos).

A Universidade tem por fins:

- a) A formação humanística, cultural, artística, científica, técnica e profissional, através de cursos de ensino superior e cursos de atualização, aperfeiçoamento, especialização e formação;
- b) A realização de investigação de alto nível e o desenvolvimento experimental;
- c) A colaboração com entidades públicas e privadas, através do estabelecimento de protocolos, convénios, consórcios e parcerias;
- d) A promoção da internacionalização das suas atividades através do intercâmbio científico, educacional, tecnológico e cultural com outras instituições, apoio à projeção internacional das suas atividades, contribuição para a cooperação internacional e a promoção da língua e cultura portuguesas;
- e) A criação de instrumentos de promoção, sustentabilidade e avaliação, interna e externa da qualidade e de prestação de contas, designadamente a permanente autoavaliação das suas atividades, formas de recrutamento e seleção de estudantes, docentes e investigadores que assegurem o juízo de mérito de forma independente, condições para a formação, qualificação e o desenvolvimento profissional de docentes, investigadores e pessoal não docente, a promoção da qualidade de vida e do trabalho dos estudantes, a instituição de prémios e incentivos destinados a reconhecer o mérito e a apoiar as atividades que valorizem a Universidade, o fomento da realização pessoal dos seus membros, a dinamização de plataformas virtuais e mecanismo de ensino à distância, suportes de redes alargadas de intervenção e de qualificação.

À Universidade compete a concessão de graus e títulos académicos, graus e títulos honoríficos, designadamente o grau de doutor *honoris causa*, e de outros certificados e diplomas, bem como a concessão de equivalências e o reconhecimento de graus e habilitações académicas.

6.1.5 – Recursos Humanos

No ano económico de 2013, os órgãos de governo da Universidade tinham os seguintes titulares:

Conselho Geral (de 01.01.2013 a 20.05.2013):

- Presidente: Fernando Maria Costa Duarte Ulrich
- Vice-Presidente: Luís Fernando Gomes de Sousa Lobo
- Representantes dos Professores:
 - Adelino Vicente Mendonça Canário

- Alexandra Isabel Dias Reis
- António Manuel da Costa Guedes Branco
- Efigénio da Luz Rebelo
- Filipe Jorge Gamboa Martins Nave
- Francisco João Magalhães Calhau
- Joaquim Sant'Ana Fernandes
- Jorge Manuel Guieiro Pereira Isidoro
- Jorge Tomás Ferreira dos Santos
- José Manuel Castelhana Ribeiro Ponte
- Ludgero dos Santos Sequeira
- Maria de Belém Ferreira da Silva da Costa Freitas Martins
- Maria Gabriela Figueiredo de Castro Schütz
- Maria João da Anunciação Franco Bebianno
- Maria Teresa Salvado de Sousa
- Nídia Maria Dias Azinheira Rebelo Braz
- Nuno Gonçalo Viana Pereiro Ferreira Bicho
- Pedro João Valente Dias Guerreiro
- Representante dos Funcionários: Mariana Rosa Piado Farrusco
- Representantes dos Estudantes:
 - Fábio Xavier Magalhães Araújo
 - Guilherme Sabrosa Apolinário Portada
 - Duarte Miguel Palma Dias
 - Pedro Jorge Teixeira Dias Machado de Oliveira
 - Rita João Correia d'Horta
 - Firmino Vila Verde Costa
- Personalidades Externas:
 - Aníbal Valdemar Fernandes
 - Alfonso Vargas Sanchez
 - Fernando Maria Costa Duarte Ulrich
 - Jorge Salvador de Sande e Castro Wemans
 - Lúcia Guerreiro Jorge
 - Luís Fernando Gomes de Sousa Lobo
 - Maria da Graça Martins da Silva Carvalho
 - Pedro Manuel Alves Cardoso Lopes
 - Pedro Gonçalves de Meireles Coelho
 - Ricardo Bayão Horta

Conselho Geral (de 20.05.2013 a 31.12.2013)

- Presidente: Prof. Doutor Luís Pereira de Quintanilha e Mendonça Dias Torres Magalhães
- Representantes dos Professores:
 - Amílcar Manuel Marreiros Duarte
 - Ana Cristina Hurtado de Matos Coelho
 - Carina Infante do Carmo
 - Francisco João Magalhães Calhau
 - Francisco Manuel Dionísio Serra
 - José António de Sousa Moreira
 - José Eusébio Palma Pacheco
 - Ludgero dos Santos Sequeira
 - Maria João da Anunciação Franco Bebianno
 - Nídia Maria Dias Azinheira Rebelo Braz
 - Nuno Gonçalo Viana Pereira Ferreira Bicho
 - Paulo José Garcia de Lemos Trigueiros de Martel
 - Pedro Alfonso Ferré da Ponte
 - Roberto Carlos Rodrigues Laranja
 - Rui José da Cunha de Sousa Nunes
 - Saúl Neves de Jesus
- Representantes dos Estudantes:
 - Bruno Manuel Pinto Araújo
 - Filipa de Jesus Ferreira Braz da Silva
 - Filipe Miguel do Carmo Faria
 - Pedro Manuel Bengala Vitorino
 - Rui Pedro Talhadas dos Santos
- Representante do Pessoal Não Docente e Não Investigador
- Maria Carlos da Assunção Alho Ferreira, Dr.^a
- Membros Externos:
 - Alfonso Vargas Sanchez, Prof. Doutor
 - Alfredo Bruto Costa, Dr.
 - José António de Campos Correia, Eng.^o
 - João Augusto Castel -Branco Goulão, Dr.
 - Pedro Gonçalves de Meireles Coelho, Dr.
 - Rui Fernando Vieira Nery, Prof. Doutor
 - Vitor José Cabrita Neto, Dr.

Reitor e Equipa Reitoral (01.01.2013 a 18.12.2013)

Reitor: Professor Doutor João Pinto Guerreiro

» Vice-Reitores:

- Prof. Doutor Sérgio Manuel Machado Jesus
- Profª Doutora Maria Fernanda Ludovina Inácio Matias
- Profª Doutora Anabela Maria Lopes Romano
- Prof. Doutor Flávio Augusto Bastos da Cruz Martins

» Pró-Reitores:

- Profª Doutora Maria Teresa Calvino Cerveira Borges
- Prof. Doutor Manuel Célio de Jesus Conceição

Reitor e Equipa Reitoral (18.12.2013 a 31.12.2013)

Reitor: Professor Doutor António Manuel da Costa Guedes Branco

» Vice-Reitores:

- Prof. Doutora Ana Maria de Melo Sampaio de Freitas
- Profª Doutor Tomasz Boski

» Pró-Reitores:

- Profª Doutora Maria Gabriela Figueiredo de Castro Schütz
- Prof. Doutor Paulo Manuel Roque Águas
- Prof. Doutor António Eduardo de Barros Ruano

Administrador: Lic. João Manuel Paulo Rodrigues.

Diretores das Unidades Orgânicas:

Faculdade de Ciências e Tecnologia: Professor Doutor Rui Manuel Cabral e Silva.

Faculdade de Economia: Professor Doutor Efigénio da Luz Rebelo.

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais:

- Professor Doutor António Manuel da Costa Guedes Branco.
- Professora Doutora Mirian Estela Nogueira Tavares (após 25.11.2013)

Escola Superior de Educação e Comunicação: Professor Doutor António Manuel da Conceição Guerreiro.

Instituto Superior de Engenharia: Mestre Ilídio da Encarnação Jesus Neto Mestre

Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo: Professor Doutor Francisco Manuel Dionísio Serra.

Escola Superior de Saúde: Professora Doutora Ana Maria de Melo Sampaio de Freitas (até 18.12.2013)

Diretores de Serviço:

Serviços Académicos: Lic. Maria Carlos Assunção Alho Ferreira

Serviços Financeiros e Patrimoniais: Lic. Carlos Filipe Martins do Nascimento

Serviços de Recursos Humanos: Lic. Sílvia Flora Guerreiro Morgado André Cabrita

Serviços Técnicos: Lic. Ana Paula Neto Ferreira

Serviços de Informática: Lic. Rui Miguel de Carvalho Saldanha Magalhães (até 22.06.2013)

Lic. Joel David Valente Guerreiro (após 09.09.2013)

De acordo com o Balanço Social para o ano de 2013, o número de funcionários é de 1.124 (31 de Dezembro de 2012: 1.157 funcionários), discriminado da seguinte forma:

Dirigente superior: 4

Dirigente intermédio: 18

Técnico Superior: 124

Assistente técnico: 141

Assistente operacional: 80

Informático: 33

Pessoal de investigação científica: 8

Pessoal docente ensino universitário: 363

Pessoal docente ensino superior politécnico: 353

6.1.6 - Organização contabilística

Organização contabilística:

A contabilidade patrimonial, baseada no Plano Oficial de Contabilidade Pública para o sector da educação – POC-Educação – previsto na Portaria 794/2000, de 20 de setembro, foi introduzida na Universidade do Algarve no início do ano de 2004. A Universidade encontra-se organizada por centros de financeiros, possuindo cada um deles capacidade para gerar receitas e efetuar despesas.

Como a Universidade se encontra organizada por unidades orgânicas, os serviços de contabilidade encontram-se descentralizados, existindo um sector de contabilidade em cada uma das unidades orgânicas e uma secção de contabilidade nos serviços centrais. No ano de

2008, foram centralizadas as operações ligadas à contabilidade patrimonial, começando esse procedimento pelos movimentos relacionados com despesas e operações diversas. No ano de 2009, centralizaram-se as operações relativas ao registo da receita. Assim, os serviços de contabilidade das unidades orgânicas realizaram até 2011, registos apenas na contabilidade orçamental. Com a implementação do SIGESTUALG, no exercício de 2012 os serviços de contabilidade das Unidades Orgânicas efetuaram operações contabilísticas, quer ao nível da contabilidade orçamental, quer ao nível da contabilidade patrimonial.

Os registos e demais procedimentos são efetuados num único sistema integrado capaz de fornecer informação adequada de acordo com os princípios e normas do Plano Oficial de Contabilidade Pública (Decreto - Lei 232/97, de 3 de setembro), do Plano Oficial de Contabilidade para o Sector da Educação (Portaria 794/200, de 20 de setembro), de acordo com orientações emitidas pela Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública (CNCAP) e ainda nos moldes tradicionais de contabilidade unigráfica.

Todos os critérios utilizados para o registo dos factos patrimoniais e para a produção dos mapas de prestação de contas basearam-se nas diretrizes da Portaria 794/2000, de 20 de setembro, e em normas emanadas internamente.

A prestação de contas da Universidade do Algarve, relativa ao ano de 2005, foi apresentada, pela primeira vez, nos moldes previstos pelo POC-Educação, possuindo todos os documentos exigidos pelo Artigo 4.º da Portaria 794/2000, de 20 de setembro e seguindo as instruções do Tribunal de Contas Nº 1/2004, da 2ª Secção do Tribunal de Contas, publicada no Diário da República, 2ª Série, de 14 de fevereiro de 2004.

A prestação de contas relativa ao ano económico de 2006 foi também apresentada de acordo com o POC-Educação, o que incluiu, pela primeira vez, a certificação legal das mesmas, elaborada pela empresa de auditoria BDO bdc Associados – SROC, Lda.

Foi também em 2006 que a Universidade do Algarve apresentou, pela primeira vez, a sua conta consolidada, enquanto grupo público definido pelo n.º 4 do artigo 5.º da Portaria n.º 794/2000, de 20 de setembro. As contas da Universidade foram consolidadas com as contas dos Serviços de Ação Social.

Para o ano económico de 2013, irá novamente a Universidade do Algarve apresentar as suas contas segundo o POC-Educação, sendo a sua conta certificada pela sociedade de revisores oficiais de contas Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados, SROC Lda, fiscal único da

Universidade do Algarve, nomeado pelo despacho conjunto do Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Despacho n.º 23199/2009 de 1 de outubro, publicado no Diário da República, 2.ª série – N.º 205, de 22 de outubro de 2009.

A Universidade do Algarve irá apresentar a sua conta consolidada com as seguintes entidades:

- Serviços de Ação Social;
- Associação Rádio Universitária do Algarve;
- Associação Algarve STP;

Manual de procedimentos:

Na Universidade do Algarve existem diversos manuais de procedimentos, que são objeto de atualização sempre que tal se revele necessário e legalmente obrigatório.

Os manuais de procedimentos em utilização na Universidade são os seguintes:

- Manual de procedimentos do Património – revisto em 2007;
- Manual de procedimentos de projetos de investigação;
- Manual de atribuição de bolsas – elaborado em 2007;
- Manual de procedimentos de gestão de terceiros – elaborado em 2007;
- Manual com a definição de método para cálculo da estrutura de custos para a Universidade do Algarve – elaborado em 2007;
- Manual de protocolos;
- Manual da aplicação do IVA *pró rata* – elaborado em 2007 e atualizado anualmente;
- Manual de procedimentos das receitas da Biblioteca Central – elaborado em 2007;
- Manual de procedimentos da elaboração do orçamento – elaborado em 2007;
- Manual de procedimentos da consolidação da conta – elaborado em 2007;
- Manual de Acréscimos e Diferimentos – elaborado em 2008;
- Regulamento de Fundo de Maneio aprovado em 2011.

Em paralelo criaram-se diversos procedimentos internos, de forma a aumentar a eficiência no tratamento contabilístico das diversas operações financeiras, que são comunicados na sua maioria via correio eletrónico, ou publicados na página eletrónica dos Serviços, via *intranet*.

Descrição Sumária da Organização do arquivo dos documentos de suporte

- Despesas – Arquivados por processo de despesa do qual faz parte a proposta de realização de despesa, a requisição oficial, o documento comprovativo da despesa (fatura ou documento equivalente) e recibo. Estes processos estão arquivados por ordem de registo. Os pedidos de autorização de pagamento, e respetivas aprovações são arquivados sequencialmente por ordem de registo.
- Receitas – Arquivados por processo de receita do qual faz parte a emissão da fatura, o documento de proveito, o comprovativo do recebimento, o documento de crédito e o documento de receita.
- Outras operações – Existe um arquivo de lançamento de POC simples, ou seja todas as operações que não têm diretamente um documento de despesa ou de receita, nomeadamente abates, pedido de libertação de créditos, transferências entre contas bancárias, guias de descontos, etc. Estes processos encontram-se arquivados por número de registo. Existe igualmente um arquivo próprio para as operações de final do ano económico.

A Universidade do Algarve não possui demonstrações financeiras intercalares, no entanto para conferência periódica são emitidos balancetes analíticos e sintéticos, tanto da contabilidade orçamental, como da contabilidade patrimonial.

Nos termos da legislação em vigor para o ano económico em análise (2013), foram publicados a Lei do Orçamento (Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro de 2012), o Decreto de Execução Orçamental (Decreto-Lei n.º 36/2013 de 11 de março de 2013) e Circulares da Direcção-Geral do Orçamento (DGO). A UAlg presta mensal e trimestralmente contas, na ótica orçamental e patrimonial, aos órgãos de tutela – Ministério da Educação e Ciência e Ministério das Finanças.

Sistema de informação:

A aplicação informática na área da Contabilidade é a aplicação SIGESTUALG (ERP com base em SAP). Esta aplicação é composta pelos seguintes módulos: Módulo de Contabilidade (FI) Modulo de Gestão Orçamental (PSM), Módulo de Gestão de Projetos (PS Projetos), Módulo de Faturação (SD), Módulo de Gestão do Património (AA), Modulo de Aprovisionamento (MM),

Modulo de Gestão de Contratos (PS Contratos), Modulo de Contabilidade Analítica (CO) e Modulo de Recursos Humanos (HR). Estes módulos encontram-se integrados entre si.

O sistema de Gestão Financeira permite uma visão, com o mesmo nível de detalhe, quer do nível mais baixo (parcial), quer do topo da pirâmide (global), com a correspondente obtenção das demonstrações financeiras da Universidade de Algarve.

A atividade dos Serviços Académicos é suportada pela aplicação *Sophia* que disponibiliza vários tipos de serviços através de tecnologias *web*.

6.1.7 - Outra informação considerada relevante

a) Revisão dos registos contabilísticos

São objeto de conferências através do cruzamento da informação registada no sistema informático de apoio à contabilidade, validando-se a informação gerada pela contabilidade orçamental com os *outputs* extraídos da contabilidade patrimonial.

b) Reconciliações bancárias

As reconciliações bancárias são efetuadas mensalmente. Sempre que se verificam diferenças, as mesmas são averiguadas e prontamente regularizadas.

No final do ano económico, é feita uma reconciliação global entre os valores registados nas contas bancárias e o valor de saldo apurado para integração no ano seguinte, na ótica da contabilidade pública.

6.2 - Notas ao Balanço e à Demonstração do Resultados por Natureza do Exercício Findo em 31 de dezembro de 2013

Introdução

A Universidade de Algarve, adiante designada por Universidade, utilizou, pela primeira vez em 2004, um sistema de contabilidade digráfico, em paralelo ao sistema do controlo orçamental, sistema unigráfico, da contabilidade pública. A contabilidade pública ou orçamental, tem como objetivo principal a verificação e controlo da legalidade das despesas e receitas, efetuando registos contabilísticos com reporte à data do seu pagamento e do seu recebimento, enquanto que os registos na contabilidade patrimonial assentam numa ótica de direitos e obrigações.

A prestação de contas do exercício de 2004 foi apresentada segundo as Instruções para a Organização e Documentação das Contas dos Fundos, Organismos e Serviços com contabilidade orçamental do Tribunal de Contas, publicado no Diário da República I Série de 13 de novembro de 1985.

A partir do exercício de 2005, as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Sector da Educação (POC – Educação), aprovado pela Portaria 794/2000 de 20 de setembro.

Apresentam-se as peças contabilísticas de acordo com a Instrução n.º 1/2004 – 2.ª Secção, do Tribunal de Contas, publicada no Diário da República – II Série, de 14 de fevereiro de 2004.

As notas que se seguem estão organizadas em conformidade com o Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Sector da Educação (POC - Educação). Os números não indicados neste Anexo não são aplicáveis, ou não são relevantes, para a prestação de contas da Universidade.

6.2.2 - Valores Comparativos

Os valores constantes das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 são comparáveis, em todos os aspetos significativos, com os valores do exercício de 2012.

6.2.3 - Principais Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos

Imobilizado corpóreo e incorpóreo e amortizações

1 Imobilizações corpóreas e incorpóreas

As imobilizações adquiridas até 31 de dezembro de 2013 encontram-se registadas pelo custo histórico de aquisição, o qual, no caso dos edifícios e outras construções, para além do custo de construção, inclui também os custos incorridos com a fiscalização e com a elaboração dos projetos de arquitetura.

Na nota 6.2.32 encontra-se um quadro exemplificativo com os valores considerados para a construção do balanço inicial em 01/01/2004, onde constam os custos históricos considerados.

Os bens móveis ou imóveis ainda não foram sujeitos a qualquer avaliação.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e pelo regime duodecimal, exceto para os Edifícios e para os Veículos em que se utiliza o método das quotas anuais.

Para o efeito, são utilizadas as taxas máximas estabelecidas pela Portaria n.º 378/94 de 16 de Junho ou Portaria 671/2000 de 17 de abril, consoante os bens tenham sido adquiridos antes ou depois de 31 de dezembro de 1999.

As taxas médias de amortização são as seguintes:

Quadro 17 – Taxas de Amortização

Edifícios e outras construções	1,25 %
Outras construções	5 %
Equipamento de transporte	12,5 %
Equipamento básico	20 %
Equipamento informático	25 %
Equipamento administrativo	12,5 %

Relativamente aos edifícios da UAlg, os seguintes imóveis registados no património têm taxas de amortização distintas:

- Pré-fabricados (Pólo de Portimão) – taxa de amortização: 25%;
- Hangar pré-fabricado – taxa de amortização: 25%;
- Anfiteatro do Pólo de Portimão (obras de beneficiação) – taxa de amortização: 10%.

Estas taxas distintas foram calculadas com base na vida útil expectável dessas construções diversas, tendo sido apurada uma vida útil de quatro anos para os pré-fabricados e uma vida útil de dez anos para as obras de beneficiação no anfiteatro.

O Conselho Administrativo aprovou a 18 de janeiro de 2008, a seguinte tabela de amortizações, a partir da classificação CIBE, para as quais o CIBE não prevê qualquer taxa de amortização.

Quadro 18 – Classificação CIBE

Classificação CIBE	Designação	Taxa amortização (anual)
106 05 01	Cartas fotográficas	100%
106 05 02	Cartas topográficas	100%
106 05 03	Documentos com valor histórico	0%
106 05 04	Enciclopédias	50%
106 05 05	Gravuras	100%
106 05 06	Livros	25%
106 05 07	Mapas	100%
106 05 08	Revistas científicas e técnicas	100%
106 05 09	Roteiros	100%
106 05 99	Outras publicações e documentos	100%

2 Investimentos financeiros

As participações financeiras apresentadas no balanço estão expressas pelo respetivo custo de aquisição.

3 Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas em euros aos câmbios vigentes à data da operação.

4 Reconhecimento de proveitos

O reconhecimento dos proveitos ocorre no momento da emissão de uma fatura (nomeadamente a elaboração de estudos, aluguer de equipamentos e instalações, análises laboratoriais).

As transferências obtidas provenientes do Quadro Comunitário de Apoio, da União Europeia, da Fundação para a Ciência e Tecnologia e de outros organismos públicos e privados que se destinam a financiar despesas correntes são registados como proveito do exercício ("Subsídio à

Exploração”) na parte correspondente aos custos incorridos durante o exercício, independentemente do momento do recebimento dos mesmos.

As transferências recebidas para financiar despesas de capital são diferidas no balanço na rubrica de “Proveitos Diferidos”, sendo transferidos para proveitos, através da rubrica de “Ganhos Extraordinários”, em proporção idêntica aos encargos anuais com a depreciação dos bens subsidiados.

O *plafond* do Orçamento de Estado atribuído para despesas correntes é reconhecido como proveito do exercício (Subsídio à Exploração) no momento da sua atribuição, por débito de uma conta do ativo “Outros Devedores – Devedores por transferências”, sendo esta conta creditada com os recebimentos das Solicitações de Transferências de Fundos (STF) efetuadas mensalmente.

A parcela do Orçamento de Estado destinada a despesas de capital é diferida no balanço na rubrica de “Proveitos Diferidos”, sendo transferida para proveitos através da rubrica de “Ganhos Extraordinários”, em proporção idêntica aos encargos anuais com a depreciação dos bens subsidiados.

5 Reconhecimento de custos

A Universidade regista os seus custos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, segundo o qual os custos são reconhecidos à medida que são incorridos, independentemente do momento em que são pagos.

6 Provisões

As provisões para créditos de cobrança duvidosa foram calculadas tendo por base os riscos de cobrança identificados no final do exercício. Para a criação das provisões foram considerados os clientes em mora há mais de 365 dias com exceção das Instituições Públicas (Estado em sentido lato), de acordo com o ponto 2.7.4 do POC-Educação.

As provisões para processos judiciais em curso são calculadas tendo por base o risco expectável para o desfecho dos processos e a melhor estimativa disponível relativa ao risco expectável.

Em 2013, encontra-se constituída uma provisão para riscos e encargos para o processo nº 171/12.3BELLE no valor de 149.999€, tratando-se de uma indemnização por danos patrimoniais e morais.

De salientar que, existem outros processos interpostos por terceiros, no entanto foi entendimento da UAlg que os mesmos não irão resultar em qualquer encargo para a Universidade.

7 Enquadramento fiscal

A Universidade é uma entidade que goza de isenção parcial do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas IRC, uma vez que se encontra sujeita a este imposto apenas por via da retenção na fonte relativamente aos seus rendimentos de aplicação de capitais. A Universidade não está obrigada a entregar a declaração anual de rendimentos.

A partir de 01/01/2008, a Universidade do Algarve utilizou o regime do IVA *pró rata*, exceto no que concerne às aquisições de bens e serviços para a Investigação não comercial (investigação pura), do qual o IVA é deduzido pelo regime de afetação real. De referir que, até ao ano de 2008, a Universidade do Algarve somente liquidava o IVA.

6.2.6 – Comentários à conta 432 – “Despesas de investigação e de desenvolvimento”

A conta 432 – “Despesas de investigação e de desenvolvimento” não apresenta qualquer valor.

6.2.7, 6.2.8 e 6.2.12 – Movimentos Ocorridos nas Rubricas do Ativo Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo

Pretende-se, nestes pontos, realizar uma análise aos movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões.

Quadro 19 – Ativo Bruto

(em euros)

	Saldo Inicial	Reforços	Alienações, Abates e regularizações	Transfe-rências	Saldo Final
Imobilizações Incorpóreas:					
· Despesas Inv. Desenvolvimento	0	0	0	0	0
· Propriedade indust. e outros direitos	17.726	0	0	0	17.726
· Imob. Incorpóreas em curso	283.742	292.371	0	0	576.113
	301.469	292.371	0	0	593.840
Imobilizações Corpóreas:					
· Terrenos e recursos naturais	788.176	0	0	0	788.176
· Edifícios e outras construções	60.444.370	68.767	40.747	224.292	60.696.683
· Equipamento e material básico	28.509.518	855.249	288.647	31	29.076.150
· Equipamento de transporte	670.637	0	0	0	670.637
· Ferramentas e utensílios	188.143	758	53	0	188.848
· Equipamento administrativo	12.261.541	171.180	133.786	0	12.298.935
· Taras e Vasilhame	483	0	0	0	483
· Obras de arte	48.463	6.338	0	0	54.802
· Outras imobilizações corpóreas	4.931.957	18.042	16.857	0	4.933.142
· Obras em curso	213.588	321.258	195.702	(224.292)	114.852
· Equipamento Básico em Curso	0	831	0	(31)	800
· Adiant. por conta imob. corpóreas	0	884.454	424.356	0	460.098
	108.056.877	2.326.877	1.100.149	0	109.283.605
	108.358.346	2.619.248	1.100.149	0	109.877.445

6.2.7 – Amortizações e provisões

Quadro 20 – Amortizações e Provisões

(em euros)

	Saldo Inicial	Reforços	Regularizações	Saldo Final
Imobilizações Incorpóreas:				
· Despesas Inv. Desenvolvimento	0	0	0	0
· Propriedade indust. e outros direitos	0	0	0	0
	0	0	0	0
Imobilizações Corpóreas:				
· Edifícios e outras construções	13.269.911	810.673	0	14.080.584
· Equipamento e material básico	24.188.109	1.529.954	-180.345	25.537.717
· Equipamento de transporte	661.876	2.920	0	664.796
· Ferramentas e utensílios	181.107	2.085	0	183.192
· Equipamento administrativo	11.901.633	209.732	-123.781	11.987.583
· Taras e Vasilhame	483	0	0	483
· Obras de Arte	1.372	0	0	1.372
· Outras imobilizações corpóreas	4.615.390	75.036	-15.645	4.674.781
	54.819.881	2.630.399	-319.772	57.130.509
	54.819.881	2.630.399	-319.772	57.130.509

Terrenos e Recursos Naturais

Esta rubrica inclui, fundamentalmente, os terrenos onde estão implantados os edifícios da Reitoria, Unidades Orgânicas, dos Serviços, dos Complexos Pedagógicos, Biblioteca, Laboratórios e Arranjos Exteriores.

O custo de aquisição dos terrenos foi de 788.176,37 euros. Em 2013, esta conta não sofreu qualquer aumento.

Edifícios e outras construções

Esta rubrica inclui a construção dos edifícios da Reitoria, das Unidades Orgânicas, dos Serviços, Complexos Pedagógicos, Biblioteca, Laboratórios, Arranjos Exteriores e outros bens imobiliários.

De salientar, que não se considerou o imóvel da Escola Superior de Saúde de Faro por não ter sido possível incluir o seu custo de construção, uma vez que este edifício não pertence ao património da Universidade, por falta da publicação do despacho conjunto previsto no Decreto-Lei 99/2001, de 28 de Março.

Foi também suportado pelo orçamento da Universidade e encontra-se patente no Balanço o valor incorrido com a ampliação de salas de aula, no edifício da Escola Superior de Saúde, considerado como implementação em propriedade alheia, uma vez que e tal como já foi referido, o edifício dessa Escola não constitui património da Universidade.

Equipamento básico e administrativo

Inclui, fundamentalmente, o equipamento informático, o equipamento de laboratório, o mobiliário de ensino e de investigação. De salientar que, não se considerou o equipamento da Escola Superior de Saúde de Faro, por não ter sido possível incluir o seu custo de aquisição, uma vez que os mesmos não constituem património da Universidade por falta da publicação do despacho conjunto previsto no Decreto-Lei 99/2001, de 28 de Março.

Equipamento de transporte

Esta rubrica inclui os veículos ligeiros, de mercadorias, tratores, autocarros e barcos adquiridos pela Universidade do Algarve. O valor registado é de 670.636,51 euros.

Alienações e Abates

Os abates efetuados no ano de 2013 devem-se essencialmente à obsolescência do equipamento e transferência de equipamento no âmbito de projeto de investigação.

Imobilizado em curso

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, ocorreram transferências de imobilizado em curso para imobilizado corpóreo, relativo a equipamento em curso.

No final de 2013, o imobilizado em curso é o que se discrimina no quadro abaixo

Quadro 21 – Imobilizado em Curso

(em euros)	
IMOBILIZADO EM CURSO	Investimento
Imobilizações Incorpóreas em curso	576.113,42
Obras em curso	114.851,60
Equipamento básico em curso	800
Adiantamento p/ conta imobilizações corpóreas	460.098
	1.151.862

O valor acima indicado diz respeito à aquisição do software SAP e respetivas licenças de utilização (576.113,42€) e à empreitada de Construção do Edifício para o Curso da Medicina (114.851,60€), bem como o valor do adiantamento prestado no âmbito desta empreitada no valor de 387.500€, acrescido de IVA (476.625€).

Cedência de Bens

Para a cedência de bens são cumpridas as disposições legais exigidas, ou seja, o equipamento apenas é cedido após autorização formal do dirigente máximo da instituição e aceitação por parte da instituição de destino. O documento inerente a este processo é um auto de cessão.

6.2.16 - Investimentos Financeiros

Em 2013, por correção foram reforçadas as participações nas Associações Algarve STP - Parque de Ciência e Tecnologia do Algarve e Algarve TIC - Centro de Incubação de Base Tecnológica do Algarve, cada uma no valor de 2.500€, uma vez que em 2010 este reforço de participação foi contabilizado como custo do exercício.

A Associação Algarve TIC- Centro de Incubação de Base Tecnológica do Algarve, foi dissolvida em 18.07.2013, por incorporação na Associações Algarve STP - Parque de Ciência e Tecnologia do Algarve. Pelo que, na sequência deste facto foi transferida para a Associações Algarve STP - Parque de Ciência e Tecnologia do Algarve, a participação de 7.500€ que a UAlg detinha na Associação Algarve TIC- Centro de Incubação de Base Tecnológica do Algarve.

Assim, em 31 de dezembro de 2013, a Universidade do Algarve detém o valor de 26.241 € em investimentos financeiros, que se distribuem de acordo com o seguinte quadro:

Quadro 22 – Investimentos Financeiros

					(em euros)
Designação	Sede	Participação	Custo de aquisição	Capitais Próprios	
Globalgarve, S A	Faro	1,37%	2.500	182.000	
Ass. Centro de Incubação Empresas de Base Tec. Vasco da Gama	Sines	7,24%	5.000	69.080	
AREAL - Agência Regional de Energia e Ambiente do Algarve	Vilamoura	5,66%	3.741	66.091	
Algarve STP - Parque de Ciência e Tecnologia do Algarve	Faro	60,00%	15.000	25.000	
			26.241		

A Globalgarve, S.A. é uma associação de desenvolvimento regional, que tem como objeto social, e de acordo com os seus estatutos, promover e executar ações relacionadas com o desenvolvimento endógeno, nomeadamente estudos e planificação, desenvolvimento ou gestão de infraestruturas, valorização de recursos, serviços a empresas, serviços a coletividades territoriais, ações de formação e ações internacionais, como participação em organizações da União Europeia e cooperação.

Esta associação visa ainda:

- a) a promoção e execução de projetos subvencionados ou não, destinados ao reforço das infraestruturas de apoio ao desenvolvimento local, à criação de ações de valorização / revalorização do potencial económico endógeno da região e ao desenvolvimento de estruturas interinstitucionais para a concretização de ações visando o aproveitamento e potenciação de recursos;
- b) a promoção e execução de projetos interinstitucionais de informação, formação e desenvolvimento económico;
- c) a promoção dos recursos da região, dentro e fora do território nacional;
- d) a promoção e execução de projetos de cooperação regional, no âmbito internacional, de resultados económicos, sociais e culturais.

A Associação Privada sem Fins Lucrativos - Algarve STP – Parque de Ciência e Tecnologia do Algarve dedica-se à gestão do Instituto das Novas Tecnologias. O Instituto de Novas Tecnologias inserido no projeto de criação do Pólo Tecnológico do Algarve, a instalar no Parque das Cidades constituirá um importante impulso para acentuar a transferência de tecnologia e de conhecimento produzidos nas instituições de ensino e investigação da região para o mercado, estimulando o aparecimento de novas empresas e de novos projetos de desenvolvimento tecnológico com produção efetiva de valor acrescentado para o Algarve. Desta associação fazem parte a Universidade do Algarve, a Associação Nacional de Jovens Empresários, o Município de Loulé e de Faro.

A Associação Centro de Incubação de Empresas de Base Tecnológica Vasco da Gama é uma Associação sem Fins Lucrativos que tem por objeto a promoção do empreendedorismo de base tecnológica e a oferta de serviços complementares relevantes para a atividade económica regional, acolhendo nas suas instalações ideias, projetos e empresas que apresentam uma forte

ligação com áreas de investigação e desenvolvimento tecnológico determinantes para a diversificação e fortalecimento do tecido empresarial da região. Esta associação tem sede no Concelho de Sines. Os associados promotores da Associação são: Município de Sines, o Instituto Politécnico de Beja, o Instituto Politécnico de Setúbal, a Universidade de Évora e a Universidade do Algarve.

A AREAL, Agência Regional de Energia e Ambiente do Algarve é uma associação sem fins lucrativos composta por diversas entidades locais e nacionais que atua em estreita cooperação com entidades internacionais congéneres. A missão da AREAL consiste em fomentar a eficiência energética e a utilização das energias renováveis em prol do desenvolvimento sustentável do Algarve. Promove a inovação energética regional desenvolvendo projetos que visam o recurso crescente a fontes de energias renováveis, ao incremento da eficiência e certificação energéticas através da introdução das mais recentes tecnologias.

6.2.17 – Depósitos em instituições financeiras e caixa

O mapa que se apresenta de seguida reporta-se a 31 de dezembro de 2013:

Quadro 23 – Depósitos à Ordem e Caixa

	(em euros)	
	2013	2012
Depósitos à ordem		
· Caixa Geral de Depósitos	1.394.131	2.144.838
· Banco Santander Totta	181.508	152.991
· Instituto Gestão Tesouraria Crédito Público	2.305.778	1.061.451
Depósitos em instituições financeiras	3.881.417	3.359.279
Caixa		
· Fundo de Maneio	12	128

6.2.19 - Valores de Mercado dos Elementos do Ativo Circulante

Não se considera existirem diferenças materialmente relevantes entre o valor contabilístico e o valor de mercado dos elementos que integram o ativo circulante.

6.2.23 - Dívidas de Cobrança Duvidosa

Em 31 de Dezembro de 2013 existiam dívidas de clientes de cobrança duvidosa, no montante de 223.071 euros e dívidas de alunos de cobrança duvidosa, no montante de 2.106.322 euros

(ver o ponto 6.2.31). Estas dívidas respeitam a propinas de formação inicial e avançada, que foram calculadas por anos letivos (ver ponto 6.2.39). Está constituída uma provisão cobrindo a totalidade dos valores em dívida.

6.2.26 - Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2013 não existiam dívidas em situação de mora com o Estado e outros entes públicos. Os saldos com estas entidades eram os seguintes:

Quadro 24 – Estado e Outros Entes Públicos

	(em euros)	
	2013	2012
Retenção do Imposto sobre o Rendimento	(11.341)	2.777
Imposto sobre o Valor Acrescentado	29.038	34.852
Contribuições para a Segurança Social e ADSE	(106.751)	(106.673)
Caixa Geral de Aposentações	1.962	1.962
Imposto de Selo	(200)	(200)
	<u>(87.292)</u>	<u>(67.282)</u>

6.2.27 – Dívidas a terceiros – Médias e longo prazo

No ano de 2013 não foram constituídas dívidas a médio e longo prazo.

6.2.31 - Movimento ocorrido na rubrica de provisões

Os movimentos ocorridos nas rubricas de provisões analisa-se da seguinte forma:

Quadro 25 – Provisões

	(em euros)			
	Saldo Inicial	Aumentos	Redução	Saldo Final
291 Provisão para cobranças duvidosas (Ver Nota 23)	2.223.131	928.827	822.565	2.329.393
292 Provisão para riscos e encargos	149.999	0	0	149.999
	<u>2.373.130</u>	<u>928.827</u>	<u>822.565</u>	<u>2.479.392</u>

6.2.32 - Fundos Próprios

Esta rubrica analisa-se da seguinte forma:

Quadro 26 – Fundos Próprios

(em euros)

	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Património	1.087.160	0	0	1.087.160
Reservas	1.043.400	179.828	357.780	1.221.352
Outros Acertos Patrimoniais	175.893	351.786	175.893	0
Resultados Transitados	(3.595.564)	1.625.638	648.326	(4.572.875)
Resultado Líquido	(977.311)	1.820.166	977.311	(1.820.166)
	<u>(2.266.421)</u>	<u>3.445.804</u>	<u>2.159.311</u>	<u>(4.084.530)</u>

Património

Corresponde ao resultado da quantificação e valorização do património líquido efetuado com referência a 1 de Janeiro de 2004, data a partir da qual a Universidade de Algarve adotou, pela primeira vez, um sistema de contabilidade digráfico.

No quadro seguinte apresentam-se os valores considerados para o balanço inicial da Universidade do Algarve datado de 01/01/2004:

Quadro 27 – Balanço Inicial a 01/01/2004

	Descrição	Débito	Crédito
12	Depósitos bancários	3.339.658,93	0,00
21	Dividas de terceiros	262.192,39	0,00
24/26	Dividas a Terceiros	0,00	79.815,83
27.3	Acréscimos de custos	0,00	4.481.834,14
27.4	Proveitos diferidos	0,00	54.095.965,39
41	Investimentos financeiros	4.994,00	0,00
42	Imobilizações corpóreas - Activo líquido	43.104.673,91	0,00
44	Imobilizado em curso	14.407.407,75	0,00
48	Amortizações acumuladas	0,00	
51	Dotação patrimonial inicial	0,00	2.461.311,62
	TOTAL	61.118.926,98	61.118.926,98

Em 2006, foi feita uma correção ao valor do património inicial, no valor de 514.557 euros, por ter sido detetado o lançamento incorreto do valor de um livro, quando da migração dos dados relativos aos bens inventariados em data anterior a 1 de Janeiro de 2004.

Assim sendo, o valor do património inicial da Universidade passou a ser de 1.946.754 euros.

A conta Património sofreu nova correção em 2007, de 864.360 Euros, passando a apresentar um valor de 1.082.394 euros, devido ao movimento que corrigiu o registo de 2006 do reconhecimento da dívida à ADSE, que, quando do fecho de contas de 2006, foi erradamente considerado na conta de Resultados Transitados.

No ano de 2008, registou-se um aumento no capital de 4.766 euros passando este a assumir o montante de 1.087.160 euros.

Reservas

O valor constante na conta de reservas diz respeito às doações de livros de outras entidades ou particulares à Universidade do Algarve, assim como uma tela de projeção.

Por supressão da conta 58, cuja designação em 2012 é "Outros Acertos Patrimoniais", onde estão registados os benefícios provenientes de ofertas e bens adquiridos a título gratuito, foi o saldo desta conta no valor de 175.893,16€ transferido para a conta 5762 – Reservas-Doações-Entidade Beneficiária.

Por outro lado, proveniente da extinção da Fundação para o Desenvolvimento da Universidade do Algarve, sofreu a conta 5762 – Reservas-Doações-Entidade Beneficiária, uma variação positiva no valor de 2.058,50€.

Resultados Transitados

As variações ocorridas na conta Resultados Transitados correspondem, à aplicação do resultado líquido apurado no exercício de 2012 (977.311 euros negativos).

6.2.33 – Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

Quadro 28 – Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

Código das Contas	Movimentos	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
36	Existências iniciais	37.553,30
31	Compras	15.350,40
38	Regularização de existências	-11.309,23
36	Existências finais	31.291,85
Custos no exercício		10.302,62

6.2.35 - Vendas e Prestações de Serviços

A rubrica de vendas e prestação de serviços analisa-se da seguinte forma:

Quadro 29 – Vendas e Prestações de Serviços

	(em euros)	
	2013	2012
Vendas	20.571	22.020
Prestação de serviços		
o Realização de trabalhos gráficos	7.533	6.716
o Outros serviços ao exterior:		
o Realização estudos	371.462	282.522
o Assistência Técnica	14.050	71.573
o Serviços de Laboratório	117.981	158.718
o Exames audiológicos e atos clínicos de avaliação	18.466	17.104
o Serviços diversos		
o Ações de Formação	115.556	68.754
o Inscrições em Seminários e Congressos	69.230	105.085
o Outros	52.360	78.402
	766.637	788.874
	787.209	810.894

A generalidade das prestações de serviços acima referida foi efetuada no mercado interno.

6.2.36 - Trabalhos para a própria empresa

Os valores considerados como trabalhos para a própria empresa é o custo da mão-de-obra de docentes e não docentes da Universidade do Algarve quando aplicados nas imobilizações em curso. Esta conta não regista qualquer movimento em 2013.

6.2.37 - Demonstração dos Resultados Financeiros

Quadro 30 – Demonstração dos Resultados Financeiros

(em euros)

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e ganhos	Exercícios	
		2013	2012			2013	2012
68.1	Juros suportados	14.235	8.756	78.1	Juros obtidos	1.536	25.872
68.5	Diferenças de câmbio desfavoráveis	637	637	78.5	Diferenças de câmbio favorável	136	0
68.8	Outros	28.315	29.311	78.6	Descontos de pronto pagamento obtidos	0	0
				78.8	Outros	0	0
	Resultados Financeiros	-41.516	-12.831				
		1.671	25.872			1.671	25.872

6.2.38 – Demonstração dos Resultados Extraordinários

Quadro 31 – Demonstração dos Resultados Extraordinários

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e ganhos	Exercícios	
		2013	2012			2013	2012
69.2	Dívidas incobráveis	0		79.3	Ganhos em existências	1.523	0
69.3	Perdas em existências	15.999		79.4	Ganhos em Imobilizações	0	315
69.4	Perdas em imobilizações	20.573	2.493	79.6	Redução de amortizações e provisões	173.522	12.371
69.5	Multas e penalidades	2.479	0	79.7	Correções relativas exercícios anteriores	1.374.272	123.017
69.7	Correções relativas exercícios anteriores	343.562	129.250	79.8.1	Donativos	72.663	62.865
69.8	Outros	9.465	3	79.8.3	Subsídios ao investimento	1.718.841	2.348.715
				79.8.8	Outros proveitos e ganhos extraordinários	3.503	39
(79-69)	Resultados extraordinários	2.952.247	2.415.576				
		3.344.324	2.547.322			3.344.324	2.547.322

Nas Correções Relativas a Exercícios Anteriores, na conta 69.7, encontram-se lançamentos diversos relacionados com despesas processadas em 2013, mas que dizem respeito a anos diferentes e que não haviam sido reconhecidas no ano correto.

Nas Correções Relativas a Exercícios Anteriores, na conta 79.7, encontram-se lançamentos diversos, que dizem respeito à correção de documentos de despesa, bem como a correção de 1.114.692 € registados na conta 274 – Proveitos Diferidos, relativa ao contrato-programa celebrado com o Estado Português para financiamento do curso de Medicina.

O valor considerado na conta de subsídios ao investimento corresponde à amortização dos bens adquiridos através de subsídios recebidos no exercício.

6.2.39 - Outras Informações para Melhor Compreensão das Demonstrações Financeiras

Fornecedores

No quadro seguinte analisa-se o volume de pagamentos por entidade fornecedora.

Quadro 32 – Fornecedores c/c

Fornecedores C/C	(em euros)
	2013
EDP - Serviço Universal, S.A.	1.143.909
Previcol-Soci de Prevenção e Cont	554.967
Conforlimpa - (Tejo) -	449.212
Fagar-Faro, Gestão de Águas e	440.648
Comansegur - Segurança Privada, S.A.	392.480
Fundação p/ a Ciência e a Tecnologia	202.907
Informática El Corte Inglés, SA	169.309
TecnoSpie, SA	155.063
NOVABASE	151.726
Associação Académica da Universidade do Algarve	124.069
VWR International - Material	122.693
SAP PT - Sociedade Unipessoal, Lda.	109.538
A3ES-Agência de Avaliação e	96.500
Associação Rádio Universitária	74.640
Sigma-Aldrich Química, SL	67.925
Tui Portugal	65.021
Petrogal, SA	58.954
Real Marina-Hotel & SPA	56.686
PT Comunicações, S. A.	52.892
Praxair PT Gases, SA	51.676
Alfagene, Novas Tecnologias das	51.398
Outros inferiores a 50.000 euros	2.959.774
	7.551.988

Nos fornecedores de imobilizado, analisando igualmente o volume de pagamentos, constam as entidades associadas a empreitadas e aquisição de equipamento. De destacar, a empreitada de construção do Edifício para o Curso de Medicina. Com valores expressivos, verificam-se também aquisições de equipamentos no âmbito da candidatura SAMA – Modernização Administrativa.

Quadro 33 – Fornecedores de Imobilizado

Fornecedores Imobilizado		(em euros)
		2013
Costa & Carvalho, S.A.		464.348
Visualforma-Tecnologias de		312.761
Cybergal - Gestão, Informática		56.361
Outros inferiores a 50.000 euros		418.544
		1.252.014

O Balanço apresenta no final de 2013 um valor de dívida a transitar para 2014 nas contas de fornecedores c/c e de fornecedores de imobilizado no valor de 469.406,45 euros e 80.453,35 euros respetivamente perfazendo um total de 549.859,80 euros. Tratam-se de compromissos assumidos, cujo pagamento não foi possível efetuar no ano económico de 2013 e que foi assim transferido para 2014.

De ressaltar que em 2013 foi paga a dívida à empresa de segurança Previcol, S.A., no valor global de 554.967 euros, cujo processo encontrava-se pendente de decisão judicial.

A seguir, apresentam-se as dívidas por fornecedor:

Quadro 34 – Fornecedores c/c – Dívidas

Fornecedores c/c - Dívidas		(em euros)
		2013
Caixa Geral de Aposentações		95.621
NOVABASE		73.554
Conforlimpa - (Tejo) -		47.569
Fagar-Faro, Gestão de Águas e		42.011
Comansegur - Segurança Privada, S.A.		35.680
TecnoSpie, SA		9.154
Petrogal, SA		7.295
Cespa - Portugal, S.A.		6.826
Lusodoc - Documentação		6.519
VWR International - Material		6.447
Universidade de Évora		5.798
CCISP - Conselho Coordenador dos		5.476
AREAL - Agência Regional de Energia		5.436
Bio-Rad Laboratories, Lda		5.370
ItCenter		5.203
Praxair PT Gases, SA		5.093
Outros inferiores a 5.000 euros		106.354
		469.406

Quadro 35 – Fornecedores de Imobilizado – Dívidas

Fornecedores imobilizado - Dívidas		(em euros)
	2013	
Algarelevo, Construções, Lda		22.896
Burotica - Soc. Estudos Equip.		11.058
Visualforma-Tecnologias de		10.350
Constrope - Congevia e		9.074
STAPLES PT - Equipamento de		5.453
Endoxim - Equipamentos Medicos, Lda		5.117
Outros inferiores a 5.000 euros		16.506
		80.454

Clientes

No quadro seguinte encontram-se os clientes e outros credores da Universidade, tendo em conta o volume de faturação do ano.

Quadro 36 - Faturação a Clientes e outros credores no ano 2013

Faturação a Clientes no ano 2013		(em euros)
	2013	
FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia		3.049.180
European Commission		1.678.303
IFDR - Instituto Financeiro p/ Desenvolvimento Regional		1.656.097
Caixa Geral de Depósitos		600.000
Centro de Ciências do Mar do Algarve		287.338
IAPMEI - Instituto Apoio Pequenas e Médias Empresas		269.464
Associação do Instituto Superior Técnico		264.144
STICHTING DELTARES		201.923
Universidad de Deusto		184.052
University of Twente-ITC		173.875
Lund University		147.009
Serviços Ação Social da Universidade do Algarve		141.439
Agência Nacional para a Gestão do Programa Aprend. - PROALV		122.984
Algar - Valorização Tratamento Resíduos Sólidos SA		107.098
IGFSS-Instituto Gestão Financeira da Segurança Social		101.788
Consiglio Nazionale delle Ricerche		99.956
SEASCAPE CONSULTANTS LTD		99.000
Chamber of Commerce and Industry Marseille Provence		91.058
ANA - Aeroportos de Portugal S.A.		85.453
Ghent University		81.120
POAT- Programa Operacional Assistência Técnica/FSE		65.753
Assoc. Centro de Incubação de Emp. de Base Tecnológ. Vasco da Gama		64.489
Universidade de Lisboa		62.631
Dutch Polymer Institute		55.171
Instituto do Emprego e Formação Profissional - Serviços Centrais		52.591

VDI/VDE Innovation Technik GmbH	48.813
Uniwersytet Warszawski	47.600
Universidad de Cantabria	42.966
Bretagne Develo Innovation	41.672
Red de Espacios Tecnológicos de Andalucía (R.E.T.A)	40.244
Banco Santander Totta, SA	40.098
Universitat Autònoma de Barcelona	38.247
MarSensing, Lda.	37.842
The New Israel Fund - Shatil	35.620
Instituto Superior Técnico	34.457
Ordem dos Técnicos Oficiais de Conta (OTOC)	32.463
National Council of Research	32.439
Instituto Português do Mar e da Atmosfera	31.219
Universidade Santiago de Compostela	30.833
Province of Macerata	29.281
CCDR Algarve-Comissão Coord. p/ Desenvolvimento Regional	26.734
Universidade de Coimbra	24.942
GEPAC - Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais	23.898
Acciona Energia SA	23.854
Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa	23.476
Genzyme Corporation	22.936
Região de Turismo do Algarve	20.963
Universidade do Minho	20.154
Jarva - Exploração de Espaços	20.051
Bayer Pharma AG	20.000
Outros inferiores a 20.000 euros	873.488
	11.406.206

De referir, que os valores apresentados pelos Serviços de Ação Social dizem essencialmente respeito à compensação pelo uso das instalações. O montante faturado à Caixa Geral de Depósitos, refere-se ao estabelecido no protocolo de cooperação celebrado em 3 de setembro de 2010.

Quadro 37 – Clientes de Cobrança Duvidosa

Clientes Cobrança Duvidosa	(em euros)
	2013
Alunos	2.106.322
Irmãos Cavaco, S.A.	38.050
Clearwinds - Systems, S.A.	30.850
DSM Gist Services B.V.	20.560
Sociedade Espiche-Golfe S.A.	18.358
Training Partners, Lda.	14.170
U.S. Fish and Wildlife Service	11.715
Única Best Consulting, S.A	10.622

Magarb - Matadouro Regional do Algarve	6.840
Tecliform, Formação Profissional e Consultoria, LDA	5.396
DINTERNAL - Distribuidora Intern. de Livros, Ida	4.568
Plano X - Arquitectura e Engenharia, Lda	3.813
H2PC, Unipessoal, Lda	2.530
Administração do Condomínio do lote 9, Quinta da Torre	2.420
Federation Europeenne des Producteu	2.420
ALBUMARINA, SA	2.320
Carmo & Guerreiro LDA, CS	2.250
JJW Portugal, SA	2.109
Centro de Abates de Aves Bela Salema	2.072
Pórtico Librerías, S.A.	2.015
Megalife, Lda.	1.961
Patolovet - Patologia Veterinária, Unipessoal Lda.	1.703
Consequência, Consultoria	1.409
Marine and Coastal Management	1.382
A. Santos & Brito do Vale ,LDª.	1.292
Golden Resorts, SA	1.181
IFM-GEOMAR Forschungsbereich Marine Okologie	1.150
Telecert, Ldª	1.119
Movisaude, Ldª.	1.095
A S. Epaminondas, Lda	1.088
Associazione Ulisse	1.000
Outros inferiores a 1.000 euros	25.614
	2.329.393

Acréscimos de Proveitos e Custos Diferidos

Esta conta analisa-se da seguinte forma:

Quadro 38 – Acréscimos de Proveitos e Custos Diferidos

	(em euros)	
	2013	2012
Acréscimos de proveitos		
o Juros a receber	655	20
o Prestações de serviços	915	0
o Outros acréscimos de proveitos	152.004	48.411
	<u>153.575</u>	<u>48.430</u>
Custos diferidos		
o Seguros liquidados	16.727	16.780
o Outros custos diferidos	7.044	31.676
	<u>23.771</u>	<u>48.456</u>

Nos outros acréscimos de proveitos consideraram-se compensações de gastos de água, luz e telefones, onde estão incluídos 103.593,68€ relativos a compensações de encargos devidos pelo CCMAR – Centro de Ciências do Mar.

Nos custos diferidos estão considerados despesas ocorridas no exercício cujo consumo se verificará em exercícios posteriores, nomeadamente: licenças de software, contratos de assistência técnica, quotas e seguros.

Acréscimos de Custos e Proveitos Diferidos

Esta conta analisa-se da seguinte forma:

Quadro 39 – Acréscimos de Custos e Proveitos Diferidos

	(em euros)	
	2013	2012
Acréscimo de Custos		
o Seguros a liquidar	66	5.072
o Estimativa para férias e subsídio de férias	5.234.036	2.804.647
o Outros acréscimos de custos	90.079	84.423
	<u>5.324.181</u>	<u>2.894.142</u>
Proveitos Diferidos		
o Projetos de investigação	5.122.509	2.804.846
o Contratos e protocolos		1.114.692
o Subsídios ao investimento	50.434.330	50.928.855
o Propinas de Licenciatura e Bacharelato	884.162	1.777.290
o Propinas de Formação Avançada	115.546	327.826
o Outros proveitos diferidos	0	0
	<u>56.556.547</u>	<u>56.953.509</u>

Nos acréscimos de custos consideram-se as despesas a incorrer em exercícios seguintes, mas que o consumo seja no próprio exercício, como seja o consumo da água, energia, telefone e a estimativa para as remunerações com férias e respetivos encargos sociais, cujo processamento terá lugar no exercício seguinte.

É de referir que por força da interpretação legislativa do Orçamento de Estado para 2013, o qual não previa o pagamento do subsídio de férias, não se encontra refletido em 2012, qualquer estimativa relativa ao subsídio de férias de 2012.

Nos proveitos diferidos registam-se as verbas relativas:

- aos contratos plurianuais dos projetos de investigação e do financiamento do Curso de Medicina, cujo diferimento se justifica por suportarem despesas em anos futuros, assim como os subsídios ao investimento de bens ainda não totalmente amortizados;

- aos lançamentos de valores a diferir por conta de propinas de formação inicial e avançada, cujo proveito irá ser reconhecido no ano seguinte.

Em 2012 encontram-se registados proveitos diferidos no montante de 1.114.692€, relativos ao financiamento do curso de Medicina, com base no contrato-programa celebrado com o Estado Português, sendo que por completa utilização deste montante, este valor foi transferido para proveitos.

Impostos e Taxas

Nesta conta incluem-se, para além de outros valores, as contas relativas a propinas, quer de formação inicial, quer de formação avançada.

As propinas de formação inicial e avançada são reconhecidas como proveito de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

Estas contas apresentam os seguintes valores:

Quadro 40 – Impostos e Taxas

	(em euros)	
	2013	2012
Propinas		
o de Licenciaturas	6.654.550	6.645.350
o de Pós-Graduação	9.739	127.930
o de Mestrados e Doutoramentos	1.853.826	1.717.182
	8.518.115	8.490.462
Taxas de matrícula	98.960	94.826
Multas	72.113	72.107
Seguro Escolar	196.779	37.274
Taxas de melhorias de nota	4.921	3.293
Emolumentos	18.502	117.230
Taxas de exames	4.060	4.560
Outras Taxas	342.248	553.160
Outras penalidades	0	0
Reembolsos e restituições	-50	0
	737.533	882.450
	9.255.648	9.372.912

De referir que, se encontram por receber 3.332.166 euros de propinas de formação inicial e avançada de anos anteriores e o correspondente a 3 meses do ano letivo 2013/2014, encontrando-se 2.106.321,67 euros na conta de Provisões de Cobrança Duvidosa – alunos e 1.225.844 euros constante nas dívidas de Alunos. De seguida, apresentam-se os dados a 31.12.2013, fornecidos pela Direção dos Serviços Académicos.

Quadro 41 – Dívidas de Propinas

(em euros)

Ano Letivo	Valor Total em Dívida a 31/12/2013
2005/06	111.274
2006/07	127.128
2007/08	237.952
2008/09	228.562
2009/10	392.445
2010/11	415.558
2011/12	379.922
2012/13	213.481
2013/14	1.225.844
	<u>3.332.166</u>

Em 2013 foram anuladas por prescrição, as dívidas em cobrança duvidosa relativas aos anos letivos de 2003/04 no valor de 244.049,20€ e 2004/05 no valor de 80.113,99€.

Proveitos Suplementares

Esta conta analisa-se da seguinte forma:

Quadro 42 – Proveitos Suplementares

(em euros)

	2013	2012
Aluguer de equipamento	4.460	3.065
Aluguer instalações	100.762	85.959
Patrocínios	5.420	3.000
Artigos Publicitários	0	16
Outros proveitos suplementares		
o Compensação água e luz	1.400	1.197
o Compensação telefones	0	218
o Compensação de CTT	1.929	1.829
o Outros	466.532	156.636
	<u>580.502</u>	<u>251.921</u>

Os valores considerados nesta conta referem-se a aluguer de instalações e a outros proveitos, que compreendem as compensações recebidas de água e eletricidade pagas por entidades externas que utilizam as instalações da Universidade, nomeadamente o CCMAR – Centro de Ciências do Mar e os Serviços de Ação Social.

Transferências e Subsídios Correntes Obtidos

Esta conta analisa-se da seguinte forma:

Quadro 43 – Transferências e Subsídios Correntes Obtidos

	(em euros)	
	2013	2012
<u>Administração Central</u>		
· Estado	33.372.297	28.348.209
· Serviços e Fundos Autónomos	2.163.409	2.944.732
	<u>35.535.707</u>	<u>31.292.941</u>
Administração Local	9.650	0
Segurança Social	0	77.500
Instituições sem fins lucrativos	16.300	0
União Europeia		
· Instituições	3.748	999.813
· Países membros	3.189.452	2.150.623
	<u>3.219.151</u>	<u>3.227.937</u>
Transferências de outros países	59.977	115.148
Outras Transferências correntes	605.150	175.839
Subsídios Correntes Obtidos	0	519.991
	<u>665.127</u>	<u>810.978</u>
	<u>39.419.984</u>	<u>35.331.856</u>

Administração Central

Corresponde ao plafond atribuído pelo Ministério da Educação e Ciência e outros subsídios à exploração provenientes do Orçamento do Estado à Universidade de Algarve, com a finalidade de financiar as suas despesas correntes, assim como as transferências, no âmbito dos projetos I&D, relativas à participação portuguesa e comunitária nesses projetos cofinanciados.

Outras Transferências

Todos os outros subsídios à exploração, não provenientes da Administração central, referem-se fundamentalmente a transferência para Projetos de Investigação e Unidades I&D celebrados em parceria com outras entidades, normalmente de duração plurianual.

As principais entidades financiadoras destes projetos são:

- Fundação para a Ciência e Tecnologia, através de programas nos domínios científicos (PTDC), programa de Financiamento Plurianual de Unidades de I&D comparticipação nacional;
- Comissão Europeia: financia projetos de investigação específicos, normalmente desenvolvidos por várias entidades parceiras, como o 7º Programa Quadro, programa Erasmus e Erasmus Mundus.

Fornecimentos e Serviços Externos e Outros Custos e Perdas Operacionais

Estas contas analisam-se da seguinte forma:

Quadro 44 – Fornecimentos e Serviços Externos

	(em euros)	
	2013	2012
Eletricidade	1.146.240	1.111.180
Combustível	59.946	61.823
Água	448.766	439.555
Outros Fluidos	194	16.425
Ferramentas e Utens. Desgaste Rápido (Mat. Laboratório)	172.072	275.582
Livros e documentação técnica	6.985	9.027
Material de escritório	72.933	75.273
Artigos para oferta	22.774	29.653
Rendas e Alugueres	40.263	40.984
Despesas de representação	70.972	68.983
Correios	36.799	34.111
Acessos à internet	535.718	70.580
Comunicações - Telefones e Faxes	38.967	45.098
Comunicações - Telemóveis	50.300	43.650
Outras Comunicações	3.460	10.322
Seguros	44.750	90.712
Royalties	5.034	20.399
Transporte de mercadorias	10.851	11.313

Transporte de pessoal	2.849	2.470
Deslocações e Estadas	318.124	437.482
Comissões	3	0
Honorários	347.559	271.148
Conservação e reparação	166.093	358.173
Publicidade e propaganda	88.956	55.952
Limpeza, higiene e conforto	565.958	594.787
Vigilância e segurança	422.889	423.248
Trabalhos especializados	1.195.598	1.332.884
Material lúdico e didático	186	2.056
Produtos Químicos (Reagentes)	356.696	400.872
Material de Transporte - Peças	887	2.386
Participação em Congressos e Seminários	68.492	68.956
Inscrições em cursos de formação	42.626	23.332
Material elétrico	19.115	17.845
Material de canalização	1.321	677
Bens para consumo em reuniões	1.380	2.344
Outros fornecimentos e serviços	361.320	488.899
	<u>6.727.078</u>	<u>6.938.181</u>

É de referir que em Acessos à internet estão consideradas o custo com o licenciamento de acesso à base de dados Biblioteca Científica Online (b-on) no montante de 186.846 euros, bem como o licenciamento e acesso a softwares e outras bases de dados.

Quadro 45 – Outros Custos e Perdas Operacionais

	(em euros)	
	2013	2012
Impostos e Taxas	103.489	217.299
Quotizações	15.267	29.492
Outras	4.354	2.606
	<u>123.110</u>	<u>249.397</u>

Custos com Pessoal

Esta conta analisa-se da seguinte forma:

Quadro 46 – Custos com o Pessoal

	(em euros)	
	2013	2012
Remunerações Base		
o Pessoal do quadro	23.495.124	20.646.391
o Pessoal contratado	4.844.094	5.934.590
o Pessoal aguardando aposentação	123.339	37.464
o Pessoal outra situação	58.794	76.462
o Pessoal em regime de tarefa e avença	6.777	38.718
	28.528.130	26.733.624
Outras Remunerações		
o Subsídio de Férias e de Natal	4.599.821	1.207.785
o Subsídio alimentação	933.290	986.899
o Ajudas de custo	114.355	165.670
o Abono para falhas	1.035	1.035
o Trabalho extraordinário	17.913	22.328
o Vestuário e Artigos pessoais	220	993
o Trabalho nocturno	19.010	17.904
o Prestações sociais directas	25.298	25.115
o Outros suplementos	124.856	127.177
	5.835.799	2.554.906
Encargos sobre remunerações	7.478.847	5.147.776
Outros custos com pessoal	226.432	265.412
	42.069.208	34.701.718

O número do pessoal ao serviço da Universidade de Algarve é de 1.124 funcionários, dos quais 716 pertencem ao grupo do pessoal docente, 8 a pessoal de investigação científica e 400 a pessoal não docente. De referir que, no ano de 2012 o número era de 1.157, pelo que se verificou um decréscimo de 66 indivíduos, essencialmente no pessoal docente.

A rubrica “Outros custos com pessoal” inclui os pagamentos a funcionários da Universidade, que prestam serviços noutros organismos, nos termos do disposto na alínea j) do art. 70.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária. Estes organismos efetuam transferências para a Universidade, suportadas por protocolo e devidamente faturadas respeitando as regras fiscais. A Universidade posteriormente procede ao pagamento aos seus funcionários. Para além disto, insere-se nesta conta orientações de estágio, lecionação de aulas nos complementos de formação e nos mestrados.

6.3 – Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

Os diferentes quadros previstos neste ponto são apresentados em conjunto na instrução da conta de gerência da Universidade, nomeadamente os quadros dos pontos 8.3.1.1 (Alterações orçamentais – Despesa), 8.3.1.2 (Alterações orçamentais – Receita), 8.3.2.1 (Contratação administrativa – Situação dos contratos), 8.3.2.2 (Contratação administrativa – Formas de adjudicação), 8.3.3 (Execução de programas e projetos de investimento), 8.3.4.1 (Transferências correntes – Despesa), 8.3.4.2 (Transferências de capital – Despesa), 8.3.4.3 (Subsídios concedidos), 8.3.4.4 (Transferências correntes – Receita) e 8.3.4.5 (Transferências de capital – Receita).

6.4 – Notas sobre a contabilidade analítica

Encontra-se em curso na Universidade, o processo para implementação da contabilidade analítica. A aplicação informática SIGESTUALG, dispõe de um módulo específico para a contabilidade analítica, o qual está em fase de parametrização.

No entanto e apesar de não existir uma contabilidade analítica nos moldes previstos no POC-Educação, a Universidade do Algarve dispõe de uma contabilidade baseada em centros financeiros, onde se afetam os recebimentos e os pagamentos das diversas atividades que são desenvolvidas ao longo do ano económico, inseridas nas respetivas unidades orgânicas, projetos de investigação, centros de investigação e serviços centrais de apoio.

7. Controlo Orçamental – Despesa

8. Controlo Orçamental – Receita

9. Demonstração de Fluxos de Caixa

10. Balanço Social

INTRODUÇÃO

O Balanço Social é um instrumento de gestão e de planeamento de recursos humanos, incluído no ciclo anual de gestão.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de Outubro, a elaboração do Balanço Social tornou-se obrigatória para a generalidade dos serviços¹, tendo como objetivo promover a modernização da Administração Pública.

Na linha desta orientação, o Estatuto do Pessoal Dirigente veio incorporar nas competências dos dirigentes de nível superior a obrigatoriedade de apresentar o balanço social, juntamente com o relatório de atividades.

O Balanço Social de 2013 da Universidade do Algarve (UAlg) foi elaborado de acordo com o diploma acima mencionado, disponibilizando um conjunto de indicadores sobre os recursos humanos e respetivos recursos financeiros.

Toda a informação constante do balanço social tem como fonte a aplicação de gestão integrada SAP.

Os dados que serviram de base à construção dos indicadores referem-se ao pessoal em exercício de funções na Universidade do Algarve em 31 de Dezembro de 2013. O pessoal em mobilidade noutra instituição não foi desta forma considerado, constando do balanço social da respectiva entidade. No entanto, o pessoal em situação de licença sem remuneração por um ano, inclusive por motivo de interesse público, ou de licença parental foi contabilizado nos efetivos, uma vez que não está em exercício de funções noutra organismo.

Em primeiro lugar é apresentada uma breve caracterização da UAlg, incluindo a sua estrutura organizacional, no sentido de contextualizar os recursos humanos e, os indicadores do próprio balanço social, aos quais foram acrescentados outros para melhor identificar e caracterizar os seus recursos humanos.

Na apresentação dos dados, sempre que oportuno, é feita uma comparação com o ano anterior e em relação ao pessoal docente, a distinção entre universitário e politécnico.

¹ Os mapas utilizados no Balanço Social foram actualizados pela Direcção Geral da Administração Pública (DGAEP).

I – A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UALG

Na qualidade de Instituto Público, a Universidade do Algarve é uma entidade colectiva de direito público, dotada de autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar, com sede em Faro.

Dispõe de três *Campi*, Penha, Gambelas e Saúde e ainda de um Pólo em Portimão.

Durante o ano de 2009 foram aprovados os Estatutos das Unidades Orgânicas e o Regulamento Orgânico da Biblioteca. Já em 2010 foram aprovados os regulamentos orgânicos dos Serviços e da Unidade de Apoio à Investigação Científica e Formação Pós-Graduada.

A UAlg distingue-se da maioria das instituições de ensino superior por integrar os dois subsistemas de ensino superior: Universitário e Politécnico.

A sua estruturada organizacional é constituída por unidades orgânicas de ensino, unidades de investigação e de desenvolvimento, serviços e unidades funcionais.

Assim, no ensino universitário existem as seguintes unidades orgânicas:

- ✓ Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT);
- ✓ Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS);
- ✓ Faculdade de Economia (FE);

O ensino universitário integra ainda o Departamento de Ciências Biomédicas e Medicina (DCBM).

No ensino politécnico as unidades orgânicas são:

- Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo (ESGHT);
- Escola Superior de Saúde (ESSUALg);
- Escola Superior de Educação e Comunicação (ESEC);
- Instituto Superior de Engenharia (ISE).

Existem duas unidades funcionais:

- Biblioteca;
- Unidade de Apoio à Investigação Científica e Formação Pós-Graduada.

A Universidade dispõe ainda de um conjunto de outras estruturas que garantem o normal funcionamento da instituição tanto a nível técnico como administrativo:

- Serviços de Apoio à Reitoria;
- Serviços de Apoio Geral;
- Serviços Centrais que compreendem:
 - Serviços Académicos;
 - Serviços Financeiros e Patrimoniais;
 - Serviços de Informática;
 - Serviços de Recursos Humanos;

- Serviços Técnicos.

A Universidade também integra Centros de I&D (Investigação e Desenvolvimento).

Os mapas de pessoal da Universidade contemplam o pessoal:

- Não Docente (não foi incluído o pessoal em regime de avença);
- Docente do Ensino Superior Politécnico;
- Docente do Ensino Superior Universitário;
- Investigação.

II – DISTRIBUIÇÃO E CARATERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

1 – OS EFETIVOS NA UALG E SUA DISTRIBUIÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2013, a UAlg contava com um total de 1.124 trabalhadores².

Em termos globais a distribuição do número de efetivos pelos corpos existentes na Universidade do Algarve é a indicada no Quadro 1.

Entende-se por corpo o conjunto das carreiras existentes tanto do pessoal docente, como não docente e ainda dos investigadores.

Assim, o corpo docente é constituído pelas carreiras dos dois subsistemas de ensino (universitário e politécnico), o corpo não docente por todas as carreiras deste pessoal³ e o dos investigadores pelo pessoal da carreira de investigação.

De salientar que o Reitor e os Vice-Reitores estão considerados no corpo não docente na carreira dirigente.

A maioria dos investigadores está em funções na UAlg por via do Programa Ciência.

Quadro 1
Distribuição de Efetivos por Corpo

Corpo	N.ºs efetivos 2013	Distribuição
Docente	716	63,70%
Universitário	363	50,70%
Politécnico	353	49,30%
Não Docente⁴	400	35,59%
Investigação	8	0,71%

² Não foram considerados os bolsiros nem as prestações de serviços, incluindo as de pessoal docente a título gracioso. Os avençados foram considerados nos mapas do balanço social, na parte correspondente, mas não estão incluídos nos quadros deste relatório.

³ Pessoal Dirigente, Técnico Superior, Assistente Técnico, Assistente Operacional e Informática.

⁴ No pessoal Não Docente foram incluídos 1 Reitor e 2 Vice-Reitores (por se tratar de Pessoal Dirigente Superior de 1º e 2º grau, respectivamente).

Total	1.124	100%
--------------	--------------	-------------

O peso do pessoal docente na UAlg é de 63,70%, sendo que o mesmo é repartido entre o subsistema universitário, 50,70% e o ensino politécnico, 49,30%.

O pessoal não docente representa 35,59% do universo total.

No ano de 2013, em termos absolutos, verificou-se uma redução em número de efetivos de 2,85% em relação ao total do pessoal em 2012, que era de 1.157. Foi no pessoal de Investigação Científica que se registou a maior diminuição em termos percentuais, apesar do número de trabalhadores nesta área ser reduzida e um elemento representar uma percentagem elevada, relativamente aos outros trabalhadores.

Houve, no entanto, um aumento de efetivos no pessoal Docente Universitário que se prende com a necessidade de contratação de docentes para o Departamento de Ciências Biomédicas e Medicina (DCBM).

Quadro 2
Variação de Efetivos entre 2012 e 2013

Ano Pessoal	2012	2013	Variação (nº) 2012/13	Tx Crescimento (%) 2012/13
Não Docente	416	400	-16	-3,85%
Docente Ens. Universitário	358	363	+5	+1,40%
Docente Ens. Politécnico	374	353	-21	-5,61%
Investigadores	9	8	-1	-11,11%
Totais	1.157	1.124	-33	-2,85%

A distribuição dos corpos por unidade orgânica é a seguinte:

Quadro 3
Distribuição de Efetivos por Unidade

Unidade	Docente	Não Docente	Investigação
Escola Superior de Educação e Comunicação (ESEC)	56	17	
Escola Superior de Gestão Hotelaria e Turismo (ESGHT)	95	24	
Escola Superior de Saúde (ESSUALG)	98	16	
Instituto Superior de Engenharia (ISE)	104	29	
Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT)	164	51	
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS)	73	16	
Faculdade de Economia (FE)	51	15	1

Departamento de Ciências Biomédicas e Medicina (DCBM)	74	9	
Reitoria e Serviços	1 ⁵	175	3
Biblioteca		30	
Unidade de Apoio à Investigação Científica e Formação Pós-Graduada (UAIC)		18	
Centros I&D			4
Total	716	400	8

A Reitoria e Serviços concentram 43,75% do pessoal não docente (175 trabalhadores). Esta tendência tem-se verificado ao longo dos anos, quer pelo facto de se concentrarem nos Serviços muitas das funções essenciais ao funcionamento da Universidade, quer por efeito da reestruturação decorrente dos novos Estatutos.

Em 2013 as unidades orgânicas (Escolas, Faculdades) contribuem com 168 trabalhadores não docentes, o que corresponde percentualmente a 42% do universo não docente.

O pessoal não docente das unidades funcionais tem um peso de 12%, sendo que a UAIC representa 37,5% deste pessoal e a Biblioteca 62,5%.

Ao DCBM está afeta uma percentagem de aproximadamente 2,25% de pessoal não docente.

Em relação à modalidade de relação jurídica de emprego público, como se pode constatar no Quadro 4, a maioria do pessoal detém um contrato por tempo indeterminado, a que corresponde a uma percentagem de 70,37% (ligeiramente superior a 2012 que era de 68,6%).

Quadro 4
Efetivos distribuídos por relação jurídica de emprego e unidade

Unidade	Corpos	CTFP-TIndeterminado	CTFP-Termo Resolutivo Certo	CTFP-Termo Resolutivo Incerto	Comissão de Serviço	Total
ESEC	PD	33	23			56
	PND	16	1			17
ESGHT	PD	54	41			95
	PND	24				24
ESS	PD	22	76			98
	PND	16				16
ISE	PD	66	38			104
	PND	29				29
FCT	PD	155	9			164
	PND	49		1	1	51
FCHS	PD	50	23			73
	PND	16				16

⁵ O docente afeto à Reitoria e Serviços presta serviço aos estudantes na área desportiva (Serviços de Acção Social).

FE	PD	34	17			51
	INV	1				1
	PND	15				15
DCBM	PD	11	63			74
	PND	4		5		9
Biblioteca	PD					
	PND	29			1	30
UAIC	PD					
	PND	8		6	4	18
Reitoria e Serviços	PD	1				4
	INV		3			3
	PND	158		4	13	172
Centros I&D	INV		4			4
	PND					
Total		791	298	16	19	1124

PD - Pessoal Docente; PND - Pessoal Não Docente; INV - Investigadores

É de sublinhar que dos 426 contratos por tempo indeterminado para o pessoal docente, 58,9% estão no ensino universitário. Por outro lado, dos 290 contratos a termo certo do pessoal docente, 61,4% pertencem ao ensino politécnico.

Em relação ao pessoal não docente 91% dos trabalhadores têm um contrato de trabalho por tempo indeterminado.

2 – CARATERIZAÇÃO DOS EFETIVOS

2.1. – Por Corpo e Subsistema de Ensino

2.1.1. Pessoal Não Docente

Quadro 5
Pessoal Não Docente por Carreira - Taxa Crescimento em 2013

Cargos e Carreiras	2012	2013	Variação (n.º)	Taxa Crescimento (%)
Dirigente Superior	6	4	-2	-33,33%
Dirigente Intermédio	14	18	+4	+6,67%
Técnico Superior	130	124	-6	-28,57%
Assistente Técnico	146	141	-5	-3,42%
Assistente Operacional	87	80	-7	-8,05%
Informática	33	33	0	0,00%
Totais	416	400	-16	-3,85%

Analisando o quadro acima podemos constatar que houve uma diminuição de efetivos em quase todas as carreiras, à exceção dos dirigentes intermédios. Na globalidade houve um decréscimo de 3,85% do número de trabalhadores.

2.1.2. Pessoal Docente

A distribuição do número de docentes por subsistema, mostra que existem mais docentes no ensino universitário que no ensino politécnico (tendência inversa aos últimos anos).

Verifica-se que 60,9% do pessoal docente está na carreira. Porém, os dois subsistemas não estão equilibrados quanto a este aspeto, já que no ensino universitário estão na carreira 59,17% dos docentes, enquanto no ensino politécnico isso só acontece com 40,83%.

No entanto, relativamente ao ano anterior, verificou-se uma aproximação destas percentagens, quer pelas saídas, por aposentação, da carreira universitária, quer pelas alterações resultantes do regime transitório que permitiram a transição para a carreira dos docentes do ensino politécnico.

Quadro 6
Pessoal Docente por Subsistema de Ensino 2013

Subsistemas	Carreira	Convidados	Total
Ensino Universitário	258	105	363
Ensino Politécnico	178 ⁶	175	353
Total	436	280	716

2.2. – Distribuição por Escalão Etário

Quadro 7
Distribuição por Escalão Etário e Corpo

Escalão Etário	Pessoal Docente		Pessoal Não Docente	Pessoal Investigação	Total
	Universitário	Politécnico			
20 - 24		3			3
25 - 29	2	15	2	1	20
30 - 34	12	28	14		54
35 - 39	32	30	63	2	127
40 - 44	66	79	90	4	239
45 - 49	98	64	71	1	234
50 - 54	71	60	83		214
55 - 59	58	48	43		149
60 - 64	20	22	29		71

⁶ Estão incluídos 2 trabalhadores da carreira de enfermagem.

65 - 69	4	4	5		13
Total	363	353	400	8	1124

Analisada a idade dos trabalhadores da Universidade verifica-se que:

- A média de idades situa-se nos 47,12 anos.
- É no escalão etário dos [40-44 anos] que se encontram o maior número de efetivos (239) logo seguido pelo escalão [45-49 anos] com 234 e pelo escalão [50-54] com 214 trabalhadores, respectivamente. Assim, constata-se que, 61,12% dos trabalhadores da UAlg se situam numa faixa etária entre os 40 e os 54 anos.
- É de destacar que 13 trabalhadores têm entre 65 e 69 anos, sendo de relevar a possibilidade de aposentação.

Considerou-se haver interesse no cálculo da taxa de emprego de jovens por se tratar de um aspecto que assume especial relevo no contexto laboral actual. Assim, na UAlg em 2013, considerando as faixas etárias até aos 29 anos, o valor da taxa de emprego de jovens⁷ é de aproximadamente 2,05 %, verificando-se um relativo aumento de 0,05%, relativamente ao ano anterior (de 2%), consubstanciando-se este aumento no pessoal Docente do Ensino Politécnico.

2.3 – Distribuição por Género

O total do pessoal (docente, não docente e investigador) por género distribui-se do seguinte modo:

Quadro 8
Evolução dos Efetivos por Género

Género	2012	2013
Feminino	655	648
Masculino	502	476
Total	1157	1124

Mantem-se a tendência dos anos anteriores. As mulheres continuam em maior número que os homens. A taxa de feminilidade teve um ligeiro aumento relativamente aos 2 últimos anos, de 56,6% para 57,65%. Sendo de salientar que o facto se deveu ao maior número de saídas de trabalhadores do sexo masculino.

Porém, é de realçar que no que se refere ao pessoal docente em ambos os subsistemas de ensino o número de homens é igual ao de mulheres, sendo o pessoal não docente, o que mais contribui para o peso das mulheres na Universidade.

⁷ Taxa de Emprego de Jovens = (Efetivos até aos 29 anos/efectivo global)

Quadro 9
Distribuição do Pessoal Não Docente e Investigação por
Grupo Profissional e Género

Grupo	Feminino	Masculino
Dirigente Superior	1	3
Dirigente Intermédio	14	4
Técnico Superior	92	32
Informática	12	21
Assistente Técnico	117	24
Assistente Operacional	50	30
Investigação	4	4
Total	290	118

Quadro 10
Distribuição do Pessoal Docente por
Subsistema e Género

Grupo	Feminino	Masculino
Ensino Universitário	182	181
Ensino Politécnico	176	177
Total	358	358

2.4. – Nível das Habilitações Académicas

2.4.1 - Pessoal Não Docente e Investigador

Nos valores da estrutura habilitacional do pessoal não docente e investigador é de realçar o peso da licenciatura (36,03%) e do 12.º ano (26,96%) que no conjunto representam 62,99% do nível habilitacional dos trabalhadores.

Quadro 11
Distribuição do Pessoal Não Docente e Investigador por Nível de Escolaridade

Nível de Escolaridade	Não Docente	Investigador	Nível escolaridade/ total efetivos (%)
Menos de 4 anos	1		0,25%
4.ª Classe	15		3,68%
6.º Ano	14		3,43%
9.º Ano	56		13,72%
11.º Ano	26		6,37%

12.º Ano	110		26,96%
Bacharelato	8		1,96%
Licenciatura	147		36,03%
Mestrado	17	1	4,41%
Doutoramento*	6	4	2,45%
Habilitação Estrangeira		3	0,74%
Total	400	8	100,00%

**Reitera-se que estão incluídos 2 dirigentes do ensino Universitário e 1 do ensino Politécnico
(Um Reitor e dois Vice-Reitores)*

O índice de formação superior do pessoal não docente em 2013⁸ é de 44,85%, tendo subido ligeiramente face ao ano de 2012 (43,3%), continuando a tendência dos anos anteriores.

⁸ Índice de formação superior = [(n.º bacharelato + licenciatura + mestrado + doutoramento) / total efetivos] x 100

2.4.2 - Pessoal Docente

Quadro 12
Pessoal Docente por Habilitação Académica e Subsistema

Nível habilitacional	Universitário	%	Politécnico	%	Total	%
Bacharelato			1	0,28%	1	0,14%
Licenciatura	59	16,25%	94	26,63%	153	21,37%
Mestrado	23	6,34%	128	36,26%	151	21,09%
Doutoramento*	259	71,35%	124	35,13%	383	53,49%
Hab Estrangeira não reconhecida	22	6,06%	6	1,7%	28	3,91%
Total	363	100,00%	353	100,00%	716	100,00%

* Reitera-se que o Reitor e os Vice-Reitores foram incluídos no pessoal não docente enquanto dirigentes, pelo que não constam deste quadro.

O doutoramento é a habilitação com maior peso na estrutura habilitacional do pessoal docente, como se pode verificar no Quadro 12, facto que se deve, maioritariamente, ao subsistema universitário.

2.5. – Estrutura da Antiguidade na Função Pública

A média de antiguidade em funções públicas é de 16,9 anos.

Verifica-se que o intervalo entre os 20 e os 24 anos é o que reúne maior número de trabalhadores, tendo havido uma deslocação do intervalo dos 10 aos 14 anos, do ano anterior. Poderemos considerar que a estrutura de trabalhadores da Universidade está a envelhecer.

É no entanto de salientar, que o cálculo da antiguidade do pessoal docente pode estar enviesado, já que está contabilizado todo o tipo de pessoal, designadamente aquele que acumula funções na Universidade e que também é trabalhador da Administração Pública, para além de existirem situações que não nos oferecem garantias neste indicador, uma vez que nem sempre é possível apurar a data de início da função pública para o corpo docente.

Quadro 13
Distribuição dos efetivos por antiguidade e grupo

Grupo	Até 5	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	> 40	Total Geral
Dirigente Superior		1			1	2				4
Dirigente Intermédio	1		9	5	1		2			18
Técnico Superior	17	8	47	18	18	6	7	2	1	124
Informática	1	2	13	4	6	3	3		1	33
Assistente Técnico	3	2	40	30	27	20	11	6	2	141
Assistente Operacional	1	10	5	28	21	12	2	1		80
Docente Universitário	87	26	49	58	75	31	18	14	5	363
Docente Politécnico	69	33	34	68	69	35	29	13	3	353
Investigador	7	1								8
Total	186	83	197	211	218	109	72	36	12	1124

2.6. – Nacionalidade Estrangeira

Como se pode ver pelo quadro abaixo, existem 42 trabalhadores estrangeiros a exercer funções na Universidade, na sua grande maioria pessoal Docente Universitário. Estes trabalhadores representam 3,74% dos efetivos.

Quadro 14
Distribuição dos efetivos por nacionalidade estrangeira

Proveniência do trabalhador	Docente Universitário	Docente Politécnico	Investigação	TOTAL
União Europeia	32	5	1	38
CPLP ⁹	2			2
Outros países			2	2
Total	34	5	3	42

3 – MOBILIDADE DOS EFETIVOS

Neste ponto pretende-se analisar a mobilidade durante o ano de 2013.

Por mobilidade, neste contexto, entende-se a movimentação de pessoal: entradas, saídas, promoções e alterações da posição remuneratória.

⁹ CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

De referir que em 2013 não se verificou qualquer promoção ou alteração de posicionamento remuneratório nos termos dos artigos 46º, 47º e 48º da Lei 12A/2008 (LVCR).

3.1. – Entradas

Em “entradas de pessoal” consideraram-se os efetivos admitidos ou regressados à UAlg entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2013.

Em 2013 registaram-se 66 admissões e regressos:

- a) Deste universo, 55 pertencem ao pessoal docente, 4 ao pessoal investigador e as restantes ao pessoal não docente.
- b) No que se refere ao pessoal docente houve 1 admissão por concurso documental no ensino universitário, tendo sido as restantes admissões feitas por convite e distribuídas equitativamente entre os dois subsistemas, Universitário e Politécnico.
- c) Os investigadores foram na sua totalidade admitidos ao abrigo de projetos financiados.
- d) As admissões/ regressos do pessoal não docente consubstanciaram-se em 7 entradas, 5 por procedimento concursal, 1 por regresso de mobilidade interna intercategorias e 1 por comissão de serviço.

3.2. – Saídas

Em “saídas de pessoal” foram considerados os efetivos que saíram definitivamente, 100 no total, a maioria por caducidade (59%), seguido de reforma/ aposentação (24%).

O pessoal docente do ensino politécnico é o grupo que apresenta um maior número de saídas, 51 ao todo, representando 51% do total das saídas verificadas em 2013.

Esclarece-se que não foram consideradas como saídas, quaisquer licenças sem remuneração inferiores a uma ano, comissões de serviço para outro organismo ou saídas por concurso com período experimental, por se considerar que não são saídas definitivas (pode haver lugar ao regresso).

3.3. – Postos de trabalho previstos e não ocupados

Dos postos de trabalho previstos não foram ocupados 9 lugares de pessoal docente, devido ao facto dos respetivos concursos documentais se encontrarem ainda em desenvolvimento:

- 2 Concursos documentais para prover 7 lugares da carreira docente universitária;
- 2 Concursos documentais para ocupar 2 lugares da carreira docente politécnica.

3.4. – Mudanças de Situação

Durante o ano de 2013, ocorreram 3 mudanças de categoria via concurso documental, 2 no ensino superior universitário e 1 no ensino superior politécnico.

Relativamente ao pessoal não docente, verificou-se a nomeação em comissão de serviço de 3 chefes de divisão, na sequência de procedimento concursal.

Tal como referido, em 2013 não se verificou qualquer promoção ou alteração de posicionamento remuneratório nos termos dos artigos 46º, 47º e 48º da Lei 12A/2008 (LVCR).

4 – TEMPO DE TRABALHO

4.1. – Modalidades de Horário

O pessoal docente tem um horário muito específico, a que chamamos desfasado, dada a natureza das funções que exerce.

Em relação ao pessoal não docente a sua maioria tem um horário rígido (das 9h às 13h e das 14h às 18h).

Os assistentes operacionais (ex-guardas-noturnos) praticam um horário de trabalho noturno e por turnos.

A este nível, encontra-se em curso a implementação de uma nova aplicação informática, para registo de ausências e a elaboração de um regulamento de horário.

4.2 – Assiduidade

Quadro 15
Motivos de ausência por corpo

Motivos de Ausência	Não Docente	Investigadores	Docente Univ.	Docente Polit.	Total Dias
Casamento	11,00		20,00	44,00	75,00
Parentalidade	1.048,00		876,00	517,00	2.441,00
Falecimento de Familiar	85,00		12,00	29,00	126,00
Doença ¹⁰	3.969,30	40,00	558,00	695,70	5.263,00
Acidente de Serviço	66,50				66,50
Assistência a Familiares	50,60			8,00	58,60
Trabalhador Estudante	59,50				59,50
Por conta do Período de Férias	179,10		2,00	1,00	182,10
Greve	177,00		72,00	29,00	278,00

¹⁰ Nesta rubrica estão incluídos os dias de ausência por doença, internamento do próprio, cirurgia e tratamento ambulatorial do próprio.

Faltas Injustificadas	0,50			1,00	1,50
Outros	49,90		2,00		51,90
Totais	5.696,40	40,00	1.542,00	1.324,70	8.603,10

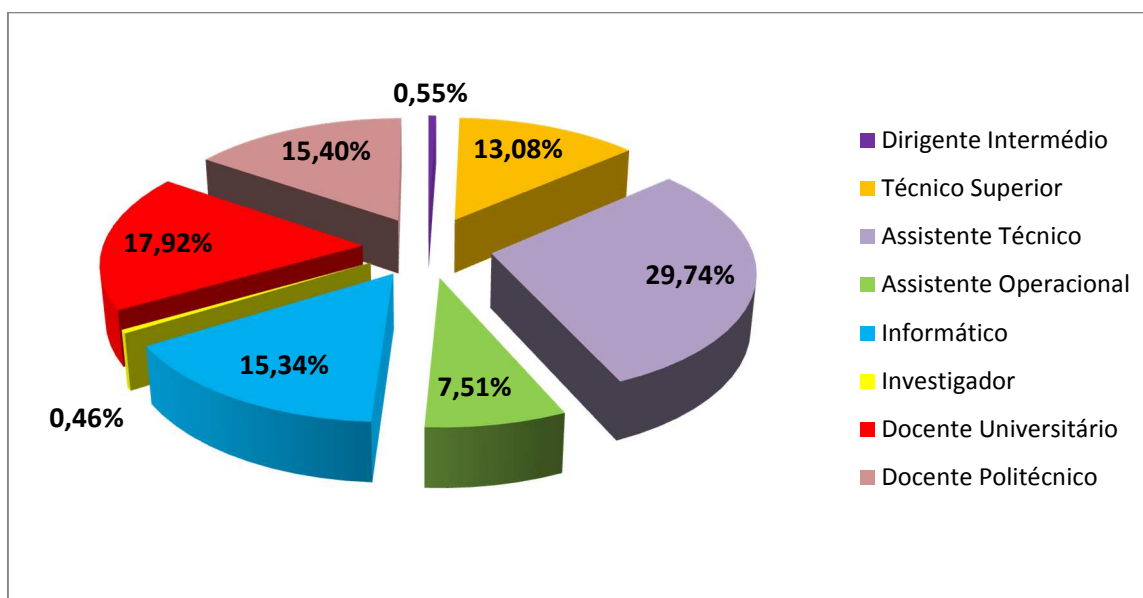
A doença é o motivo que gera mais dias de ausência, seguido pela ausência por parentalidade. Esta tendência já vem de anos anteriores. No entanto, salienta-se que em termos relativos, denotou-se um decréscimo de 41,5% na ausência por parentalidade de 2012 para 2013 (passou de um total de 4.172,43 para 2.441 dias).

De salientar que as faltas dadas por motivo de greve continuam a aumentar, movimento já denotado do ano anterior. Registou-se um aumento de 2012 para 2013 de 224,14 para 278 dias (um aumento de 19,4%).

A ausência por outros motivos diz respeito a faltas dadas para prestação de provas de concurso público, cumprimento de obrigações e deslocações à escola de filho menor.

Como se pode distinguir pelo gráfico abaixo, o grupo do pessoal não docente é aquele que tem maior incidência de ausências ao trabalho (5.696,40), seguido do pessoal docente do ensino Universitário (1.542,00).

Gráfico 1
Distribuição das Ausências por Grupo Profissional



Importa referir ainda que em relação ao ano anterior:

- O número total de dias de ausência ao trabalho diminuiu 22,66% (de 11.123,08 para 8.603,10 dias);
- Foi o pessoal docente universitário o que mais contribuiu para esse decréscimo, uma vez que os dias não trabalhados registaram uma diminuição de aproximadamente 37%

(de 2.442,14 dias em 2012 para 1.542,00 dias em 2013), nomeadamente nas faltas por doença e parentalidade que decresceram cerca de 52% e 22%, respetivamente;

- No que concerne ao pessoal docente politécnico a tendência de decréscimo de ausências é a mesma, registando-se uma diminuição de 21,10% face às ausências do ano anterior (a diminuição das ausências por parentalidade foi a que mais contribuiu para este decréscimo);
- Relativamente ao pessoal não docente verifica-se que, em termos gerais, as ausências também diminuíram cerca de 18,7%, sendo que as ausências que mais contribuíram para essa diminuição foram as faltas no âmbito da parentalidade (diminuição percentual em cerca de 51%);
- Tendência contrária verificou-se no pessoal de investigação, que teve um aumento de 100%, ou seja, não teve qualquer ausência em 2012 e em 2013 teve 40 dias de ausência (por doença).

4.3 – Trabalho Extraordinário e Noturno

O trabalho extraordinário e o trabalho noturno realizado em 2013 atingiram as 7.505,50 horas, menos 2.306 horas do que em 2012.

O trabalho extraordinário foi realizado apenas pelo pessoal não docente. Foi a carreira assistente operacional que realizou a totalidade do trabalho em causa.

No caso do trabalho normal noturno foram os assistentes técnicos aqueles que apresentaram mais horas trabalhadas (57,58%).

Quadro 16
Trabalho Extraordinário e Noturno por Carreira e Género (Horas de Trabalho)

Tipo de Trabalho	Sexo	Informática	Assistente Técnico	Assistente Operacional	TOTAL
Extraordinário	M			5.442,50	5.442,50
	F				
	T			5.442,50	5.442,50
Normal Noturno	M				
	F		1.188,00	875,00	2.063,00
	T		1.188,00	875,00	2.063,00
Total de Horas	M			5.442,50	5.442,50
	F		1.188,00	875,00	2.063,00
	T		1.188,00	6.317,50	7.505,50

De referir ainda, o facto de 72,51% do trabalho extraordinário e do trabalho normal noturno ser efetuado por trabalhadores do sexo masculino.

5 – FORMAÇÃO

Apesar das restrições orçamentais, no ano de 2013 foram realizadas 5 ações de formação interna abrangendo um total de 85 formandos com um custo de 2.798,00 euros e 1.340 horas de volume de formação.

Nº Ações	Curso
2	Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho
1	Inglês para o contacto com o público: Falar ao telefone
1	Inglês para o contacto com o público: Cartas/Faxes/E-mails
1	Excel Intermédio

Em relação à formação externa foram investidos 24.566,91 euros. Uma parcela considerável deste valor foi absorvida pela formação ministrada no âmbito da implementação do SIGEST Ualg, Sistema Integrado de Gestão da Universidade do Algarve.

Para além disso, foram ainda frequentadas ações de formação pontuais em áreas específicas.

Este tipo de formação abrangeu 48 participações, num total de 2.154 horas de volume de formação, e inclui para além das ações de formação ministradas por entidades externas mas financiadas pela Universidade, a autoformação que consiste na formação realizada por iniciativa do trabalhador e financiada pelo próprio, de acordo com o artigo 24º do Decreto-Lei n.º 50/98, de 11 de março.

6 – ENCARGOS COM PESSOAL

6.1. – Evolução dos Encargos com Pessoal

Quadro 17
Evolução dos Encargos com Pessoal

Encargos com Pessoal	2012	2013	Taxa de Crescimento
<u>Remuneração Base [1]</u>	27.875.097,65 €	31.051.181,80 €	11,39%
Prémios de Desempenho	0,00 €	0,00 €	0,00%
<u>Suplementos [2]</u>	128.926,11 €	126.610,74 €	-1,83%
Trabalho Extraordinário	31.388,04 €	23.042,16 €	-26,59%
Trabalho Normal Noturno	5.587,96 €	6.107,25 €	9,29%

Trabalho por Turnos	12.315,96	12.902,53 €	4,76%
Abono para Falhas	1.035,48 €	1.035,48 €	0,00%
Ajudas de Custo [3]	210.672,02 €	97.861,24 €	-53,55%
Representação	46.529,14 €	44.744,39 €	-3,84%
Secretariado	1.350,60 €	1.350,60 €	0,00%
Outros Encargos com Pessoal [4]	416.932,31 €	371.676,18 €	-10,85%
TOTAL	28.729.835,27 €	31.736.512,37 €	10,47%

É de destacar:

- 1) Um acréscimo nos encargos com a remuneração base, tendo presente os efeitos do descongelamento do pagamento de subsídios de férias e de natal (art.º 21º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro – OE para 2012), com efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2013 [1];
- 2) Não foram pagos prémios de desempenho;
- 3) Ligeiro decréscimo dos encargos com suplementos¹¹ [2];
- 4) Diminuição com os valores pagos com trabalho extraordinário e ligeiro aumento nos montantes verificados com o trabalho noturno e trabalho por turnos;
- 5) Diminuição das despesas com ajudas de custo. Uma percentagem muito significativa dos encargos com ajudas de custo, respeita à atividade de investigação (cerca de 75%): reuniões de acompanhamento de projeto, trabalho de campo, participação em conferências e Workshops, muitos dos quais de cariz internacional. As atividades de investigação registam um acréscimo de cerca de 19% na receita em 2012 e, na quase totalidade, são financiadas por programas da Fundação para a Ciência e Tecnologia e programas comunitários. Salienta-se que este montante corresponde aos valores processados e pagos pelos SRHumanos [3];
- 6) Decréscimo dos encargos com suplementos decorrente da substituição de um dirigente intermédio de 1º grau (Diretor de Serviços de informática). Salienta-se que a entrada de quatro dirigentes intermédios de 2º grau durante o ano de 2013 apenas ocorreu em dezembro pelo que os efeitos remuneratórios no ano analisado não são relevantes;
- 7) Decréscimo no valor da rubrica de outros abonos, sendo que o somatório das remunerações de férias não gozadas e das compensações por caducidade perfizeram um valor total de 176.796,01€, o que corresponde a 48% do total de custos desta rubrica, percebendo-se o volume das saídas operadas em 2013 [4].

O total de despesas com a colaboração técnica e a formação ascenderam a 75.472,15€, 20% do total dos outros abonos [4].

¹¹ Estão incluídos nesta rubrica os suplementos pagos aos Órgãos de Gestão das Faculdades e Escolas e aos motoristas (lavagem de viaturas).

Os restantes 15% afetos a esta rubrica dizem respeito aos encargos com as quatro avenças pagas pelos Serviços de Recursos Humanos, no valor de 54.316,80€ [4].

Salienta-se ainda que foram incluídas nesta rubrica de “outros abonos” o montante de **65.091,22€** relativo a despesas com reembolsos de despesas de deslocação (não pertencentes ao agrupamento de pessoal - rubrica 02.02.13 - embora pagas pelos Serviços de Recursos Humanos) [4].

6.2. – Evolução dos Encargos com as Prestações Sociais

Em termos gerais verifica-se um decréscimo de 13,13% nas despesas com as prestações sociais.

Quadro 18
Evolução dos Encargos com Prestações Sociais

Encargos com Pessoal	Valores em Euros		Taxa de Crescimento
	2012	2013	
Subsídios no âmbito da proteção da parentalidade	164.770,33 €	64.901,57 €	-60,61%
Abono de Família	18.291,94 €	17.000,36 €	-7,06%
Subsídio por Morte	0,00 €	2.515,32 €	100,00%
Subsídio de Refeição	987.485,24 €	933.516,74 €	-5,47%
Outras Prestações Sociais	7.943,81 €	5.782,04 €	-27,21%
TOTAL	1.178.491,32 €	1.023.716,03 €	-13,13%

Este decréscimo com os encargos com prestações sociais, deveu-se essencialmente à diminuição dos subsídios pagos no âmbito da proteção da parentalidade (-60,61%) e do subsídio de refeição (-5,47%).

A diminuição do subsídio de refeição pode ser explicada pela diminuição do número de trabalhadores verificada durante o ano de 2013.

Também os encargos com o abono de família tiveram, embora ligeira, uma tendência decrescente, Consequência das medidas impostas pela nova legislação no que concerne à aplicação das condições de acesso a esta prestação (DL 116/2010, de 22/10, com efeitos a 01/11/2010). O único aumento operado neste tipo de encargos foi o subsídio por morte (100%).

De referir que os encargos com outras prestações sociais dizem respeito a pagamentos com subsídio de deficiência e bolsa de estudo (no ano de 2011 estes pagamentos estavam incluídos na rubrica de abono de família, face ao anterior programa de processamento de remunerações, RH+).

6.3. Encargos com as Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações, Segurança Social e ADSE

Embora os mapas do balanço social não possuam uma rubrica específica para os encargos com as contribuições suportados pela entidade patronal, merecem especial relevo as despesas relativas à contribuição da Universidade para a Caixa Geral de Aposentações (CGA), Segurança Social e ADSE (Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas) dado o peso significativo de cerca de 6,9 milhões de euros **(6.939.168,17€)** no orçamento global (17,5%).

7 – HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

A Universidade do Algarve tem vindo a desenvolver algum trabalho na área da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, nomeadamente na prevenção com a aquisição de sinalética e na formação dos trabalhadores referenciados como grupo de risco.

A Universidade do Algarve, no ano de 2013 contratualizou com uma empresa a realização de medidas de autoproteção para os edifícios 3/4 – Complexo Pedagógico e 8/9 – FCT/FE, no Campus de Gambelas, pelo valor de € 9.800,00, ao qual acresce o valor do IVA. Até ao final do ano de 2013 a reformulação do projeto de segurança contra risco de incêndios ficou praticamente concluída.

A Universidade tem um contrato de manutenção de extintores com o valor anual de € 2.396,55, ao qual acresce o valor do IVA.

No âmbito da segurança dos trabalhadores, foram adquiridos equipamentos de proteção individual para os funcionários dos Serviços Técnicos e dois extintores para os autocarros, num valor total de 235,46, ao qual acresce o valor do IVA.

III – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Balanço Social de 2013 revela uma redução do número de efetivos, comparativamente com o ano anterior, 2,85%, sendo que foi o sub-sistema do ensino Politécnico o que mais contribuiu para este decréscimo.

No que se refere às saídas verificou-se que o principal motivo consistiu na caducidade (59%), seguida aposentação/ reforma (24%).

No que concerne à assiduidade dos trabalhadores, o número total de dias de ausência ao trabalho diminuiu em 22,66%, relativamente ao ano de 2012, com exceção das faltas dadas pelo pessoal de investigação. Foi o pessoal docente universitário o que mais contribuiu para essa diminuição uma vez que os dias não trabalhados registaram um decréscimo de aproximadamente 37%.

No que se refere às despesas com pessoal, em termos reais, verificou-se um acréscimo de encargos total no montante aproximado de 5 milhões de euros, ou seja, 13,40% de aumento relativamente ao ano anterior, sendo que o valor das remunerações base aumentaram cerca de 3,176 milhões de euros (11,39%), comparando com o ano anterior. Neste contexto deverá estar presente os efeitos do descongelamento da suspensão do pagamento dos subsídios de férias e de natal (art.º 21º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro – OE para 2012), com efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2013.

Os encargos com as prestações sociais tiveram um decréscimo considerável do valor dos gastos com pessoal na ordem 154 mil euros, comparativamente com o ano de 2012 (menos 13,13% do que no ano anterior), consequência da diminuição da rubrica de subsídios no âmbito da parentalidade (justificada pela diminuição das ausências por licença parental).

De salientar que as contribuições da entidade patronal para a CGA, Segurança Social e ADSE mantêm um peso muito significativo de cerca de 6,9 milhões de euros, no volume dos encargos totais com pessoal (17,5%).

Dadas as restrições orçamentais, no ano de 2013 apenas foi possível realizar algumas ações de formação previstas, designadamente na área da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.

ANEXOS

Quadros do Balanço Social